

Quem disse ?

«Marcelo Rebelo de Sousa e Paulo Portas são dirigentes da direita radical e criadores do nado-morto da AD, a que já ouvi chamar Aliança Desastrada.»

Pina Moura
Viana do Castelo,
dia 26 de Setembro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº989 1 OUTUBRO 1998 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Guterres na conferência da FAUL

Lisboa precisa de um poder regional

Perante mais de mil pessoas, no Hotel Ritz, em Lisboa, António Guterres encerrou na terça-feira a conferência «Portugal e a Regionalização», deixando bem claro que é a área metropolitana da capital do País quem mais precisa de ter um poder regional.

«A regionalização não é um reforma contra Lisboa», sublinhou o secretário-geral socialista, antes de alertar para os problemas de coordenação e de ordenamento que subsistem junto aos maiores centros urbanos do País.

No seu discurso, António Guterres denunciou ainda os principais problemas levantados pelo actual Estado centralista e burocrático, que disse gerar «profundas desigualdades de desenvolvimento» no território nacional.

«Só existem elites onde há centros de decisão. E, num país com um só centro de decisão, as elites são forçadas a emigrar para essa zona, provocando uma terrível sangria de quadros nas regiões mais periféricas», acentuou o primeiro-ministro.

Na intervenção que marcou o encerramento da conferência promovida pela Federação da Área Urbana de Lisboa do PS, António Guterres condenou aqueles que «mudam de opinião ao sabor das circunstâncias», numa referência a Marcelo Rebelo de Sousa.

A finalizar deixou um apelo a todos os defensores do «sim» no referendo sobre regionalização: «Recusem as provocações daqueles que são contra as regiões num acto desesperado de se salvarem dos erros da sua própria incapacidade».

I CONGRESSO DA REGIÃO ENTRE DOURO E MINHO

PORTUGAL NUNCA SERÁ RASGADO SEJA POR QUEM FOR

O secretário-geral do PS encerrou o I Congresso da Região de Entre Douro e Minho, acusando a aliança de direita de estar a fazer uma campanha agressiva e cheia de mentiras. A mais grave de todas, segundo António Guterres, passa por dizer que as oito regiões vão retalhar o País. «Nunca permitiremos que Portugal seja rasgado, seja por quem for», afirmou o primeiro-ministro. Ainda no mesmo congresso, em Viana do Castelo, António José Seguro garantiu que as regiões não são um capricho, enquanto Francisco Assis denunciou a cultura antidemocrática inerente aos actuais dirigentes do PSD e do PP. Fernando Gomes, por seu turno, apelou à mobilização de todo o partido, alertando para a existência de um elevado número de cidadãos indecisos em relação ao voto no referendo sobre a regionalização.

Política

Marcelo mentiu ao parlamento e a todos os portugueses



Francisco Assis denunciou, no plenário da AR, mais uma manobra falhada de Marcelo Rebelo de Sousa para evitar ser desmentido e humilhado perante os deputados. Assis não hesitou em acusar o presidente do PSD de ter mentido na Comissão de Inquérito Parlamentar ao tentar provar, através de um documento de interesse nulo, um hipotético favorecimento do Estado à Sonae na aquisição de uma cadeia de supermercados no Brasil.

Internacional

SPD regressa ao poder e põe fim à era Kohl



A Europa está mais à esquerda. Um vento de mudança varre o Velho Continente. Governos conservadores são substituídos por Governos socialistas. No passado domingo, os alemães optaram pela mudança sobre a continuidade e deram a vitória ao SPD de Gerhard Schröder nas eleições para o Bundestag, pondo fim a 16 anos de era Helmut Kohl. Em perspectiva uma coligação vermelha-verde.



A regionalização e a identidade nacional

Um dos argumentos-fantasma que têm sido exibidos por alguns anti-regionalistas defensores da centralização estatal prende-se com a possível fragilização da identidade nacional, com a possibilidade de a divisão do País em regiões enfraquecer a nossa unidade.

É a reprodução da velha tese do unitarismo/centralismo do Estado, tão cara à ditadura que terminou em 1974, e que procura identificar a regionalização com crise de soberania e participação democrática com quebra de autoridade.

Ora, é preciso sublinhar que a unidade política do Estado português não é, nem será, posta em causa com qualquer processo de descentralização administrativa e que a identidade nacional nunca será posta em causa pela regionalização, isto é, pelas regiões que vierem a ser criadas, tendo em atenção a vontade expressa pelo povo e a diversidade de natureza regional cujas raízes vão praticamente até aos alvares da nacionalidade.

Historicamente nunca tivemos um País homogéneo. E, contudo, nunca a identidade nacional foi posta em causa. O centralismo político, durante o anterior regime, é que procurou criar a ideia da homogeneidade de Portugal.

Tudo isto para concluir que não é o território que explica as origens de Portugal e que a unidade do nosso país sempre conviveu com várias unidades espaciais – comarcas, províncias, regiões -, as quais, simbólica ou materialmente, sempre existiram.

Com as regiões, trata-se, apenas, de dar corpo a realidades geográficas e socioculturais que sempre existiram, adequando-as, logicamente, ao nosso tempo, em nome do aprofundamento da democracia e da participação alargada dos cidadãos na definição de estratégias de desenvolvimento que permitam, justamente, reforçar a coesão social e, através dela, a identidade nacional.



A ALAMEDA DO SOCIALISMO

A «gigantesca e memorável» manifestação da FRS desde a Alameda D. Afonso Henriques (transformada na alameda do socialismo e da liberdade) até ao Terreiro do Paço, onde se realizou um comício e um espectáculo de variedades, era o acontecimento em destaque na edição de 25 de Setembro de 1980 do «Acção Socialista».

Com efeito, esta manifestação que durou mais de quatro horas, foi das maiores realizadas no nosso país, com mais de cem mil democratas desfilando e outros tantos saudando na ruas a passagem da FRS, com os seus líderes (Mário Soares, Lopes Cardoso e Sousa Franco) à frente, constantemente ovacionados.

No Terreiro do Paço literalmente cheio com muitas dezenas de milhar de portugueses, houve lugar a um memorável espectáculo de que um dos pontos mais altos foi, sem dúvida, a extraordinária actuação do cantor francês Herbert Pagani.

No comício, onde usaram da palavra os líderes da FRS, o camarada Mário Soares, galvanizado com a extraordinária manifestação, manifestou-se esperançado na vitória da FRS nas eleições e atacou duramente a política do Governo AD.

«O povo português, que suportou durante oito meses o Governo reaccionário que está no poder, já percebeu que se trata de um Governo que não convém ao povo

português, que é um Governo só de alguns portugueses», sublinhou o então secretário-geral do PS.

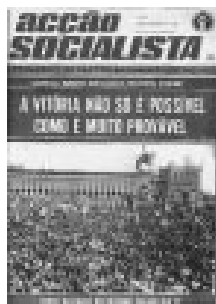
J. C. B.

25 de Setembro

Quem disse?

«A AD e o seu Governo pretendem destruir as liberdades democráticas do 25 de Abril, consagradas na Constituição, e tentam reconstruir os antigos grupos económicos e monopolistas que dominaram este País durante 50 anos.»

Mário Soares



Soares recebe prémio Simón Bolívar

O ex-Presidente português Mário Soares foi galardoado, no dia 23, com o Prémio Internacional Simón Bolívar, de acordo com a decisão de um júri especial reunido na sede da UNESCO, em Paris.

Uma nota da delegação permanente da Venezuela junto da Agência das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, enviada a Mário Soares, refere que o júri lhe atribuiu o prémio «pelos méritos da sua luta política contra a ditadura e a sua actividade como mediador internacional pela paz».

Juntamente com Mário Soares, o júri entendeu também distinguir o professor egípcio Milad Hanna.

Para o embaixador venezuelano, que assinou a missiva da delegação do seu país junto da UNESCO, a atribuição do prémio a Soares, «não só contribui para dar um maior



apoio à sua actuação em favor da paz, mas atesta também a transcendência do espírito bolivariano».

Aprovada directiva comunitária sobre trabalho

A Assembleia da República aprovou, na passada quinta-feira, em votação final global, o texto final da Comissão do Trabalho que transpõe para a ordem jurídica a directiva comunitária sobre «determinados aspectos da organização do tempo de trabalho».

O diploma, baseado na proposta de lei do Governo, foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PCP e PEV e os votos contra do PSD e CDS-PP.

Também em votação final global foi apro-

vado, por unanimidade, o texto final da Comissão do Trabalho relativo ao «estatuto do voluntariado para a solidariedade social».

Os deputados aprovaram ainda em definitivo o texto da Comissão dos Assuntos Constitucionais que transpõe para a ordem jurídica portuguesa a directiva do Parlamento Europeu sobre a «protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados».

Pela solidariedade numa sociedade egoísta...

O secretário de Estado da Administração Interna elogiou, no passado dia 27, na Tábua, Coimbra, a corporação local dos Bombeiros Voluntários pelo elevado número de jovens que integra, revelador do «papel estruturante» que tais instituições podem ter na sociedade.

«A corporação é composta por um anormal número significativo de jovens, o que é expressivo da importância que as associações de bombeiros podem ter na sociedade, ao nível da sua estruturação», afirmou Luís Parreirão.

O governante, que presidia às comemorações do 63.º aniversário da Associação Hu-

manitária dos Bombeiros Voluntários de Tábua, sublinhou o facto de a integração dos jovens nestas corporações poder desenvolver o «espírito de solidariedade numa sociedade razoavelmente egoísta».

Classificou os bombeiros como «a instituição privilegiada» e «o rosto mais visível» da Protecção Civil enquanto «sistema integrado fundamental para a protecção dos direitos dos cidadãos e tranquilidade pública».

O membro do Executivo incitou a comunidade a uma «participação mais activa» ao nível da Protecção Civil, por ser tarefa da «responsabilidade de todos, não apenas do Governo e da administração local».

Constituída Sociedade Portuguesa de Ciências Farmacêuticas

Maria de Belém e Mariano Gago presidiram, na terça-feira, à cerimónia de constituição da Sociedade Portuguesa de Ciências Farmacêuticas, que se realizou na Academia das Ciências.

Esta nova sociedade científica cujo objectivo é promover, desenvolver e divulgar o estudo, o ensino, a investigação e as aplicações das ciências farmacêuticas tem António Pinho Brojo, Francisco Carvalho Guerra, José Guimarães Morais e João Silveira como coordenadores da Comissão Instaladora.

Para os coordenadores da Comissão Instaladora «a necessidade de concretizar o espaço das Ciências Farmacêuticas na forma de uma Sociedade Científica tem sido de há muito objecto de consideração por parte daqueles que, embora encontrem noutras organizações específicas um fórum para divulgar, discutir e desenvolver a sua actividade científica, sentem que o ponto de encontro que as Ciências Farmacêuticas constituem representa a concretização de outras intersecções úteis para o seu próprio desenvolvimento».

FRANCISCO ASSIS

Crítica calúnias contra o Governo

MARCELO MENTIU AO PARLAMENTO E A TODOS OS PORTUGUESES

O presidente do Grupo Parlamentar do PS denunciou, no plenário da Assembleia da República, mais uma manobra falhada de Marcelo Rebelo de Sousa para evitar ser desmentido e humilhado perante os deputados. Francisco Assis não hesitou em acusar o presidente do PSD de ter mentido na Comissão de Inquérito Parlamentar que investiga as relações do Governo com os grupos económicos, ao tentar provar, através de um documento de interesse nulo, um hipotético favorecimento do Estado à Sonae na aquisição de uma cadeia de supermercados no Brasil. Sabendo que o seu documento nada provava, Marcelo recusou-se a entregá-lo aos deputados da comissão de inquérito, apenas o fazendo no dia seguinte, mas em conferência de imprensa.

Francisco Assis subiu à tribuna, na Assembleia da República, para denunciar que Marcelo Rebelo de Sousa mentiu ao Parlamento e aos portugueses, apresentando um documento de interesse nulo para tentar provar a calúnia de que o Estado beneficiou o grupo económico de Belmiro de Azevedo na compra de uma cadeia de supermercados no Brasil. No seu discurso, Francisco Assis começou por lembrar a inversão de estratégia e a mudança de linguagem operada no PSD, desde o seu congresso de Tavira. Hoje, verifica-se que a estratégia delineada pelo presidente do PSD é um reflexo da incapacidade deste partido para se constituir como uma alternativa séria e credível. Ao nível da linguagem, a maior força política da oposição começou a recorrer à calúnia, à mentira e à infâmia. Em Tavira, recordou Francisco Assis, Marcelo Rebelo de Sousa acusou o Governo de favorecer ilegítimamente alguns grupos económicos nacionais, mas, até hoje, «não concretizou nenhuma dessas acusações, nem no «dossier» da Torralta, nem com a Grão Pará, nem no sector energético, nem, ainda, no negócio do IPE no Brasil. Acontece, antes, frisou o presidente do Grupo Parlamentar do PS, que muitas dessas denúncias foram esquecidas pelos dirigentes do PSD, caso mais flagrante da terceira rede de telemóveis. Pelo contrário, cada vez mais, torna-se claro que o Governo actuou com transparência e eficácia em muitos domínios, como, por exemplo, perante a Torralta, empreendimento que se encontrava numa profunda crise e que actualmente possui novas possibilidades de recuperação.

Líder do PSD sem provas

Já no caso da aquisição de uma cadeia de



supermercados por parte da SONAE, no Brasil, negócio em que também participou o IPE, Francisco Assis disse esperar que Marcelo Rebelo de Sousa apresentasse alguma prova que fundamentasse as suas acusações de favorecimento do Estado. Mas não apresentou.

Segundo o presidente do Grupo Parlamentar do PS, foi precisamente por Marcelo Rebelo de Sousa ter consciência de que não conseguia provar nada que optou por lançar mais suspeitas na Comissão de Inquérito Parlamentar, não entregando, contudo, qualquer documento que confirmasse e o teor das acusações que então lançava perante os deputados.

«Se tivesse apresentado o documento perante os deputados, de imediato, Marcelo Rebelo de Sousa seria desmentido e humilhado por estar a faltar à verdade», afirmou Francisco Assis. Por esta razão, ainda de acordo com Assis, o presidente do PSD apenas mostrou o seu documento no dia seguinte, longe da fiscalização dos deputados, porque sabia que, com ele, nada podia provar.

Em conclusão, na opinião de Francisco Assis, Marcelo Rebelo de Sousa, uma vez mais, «caluniou sem ter provas e fez insinuações sem fundamento». Perante estas

atitudes, «o PSD apenas demonstra que desertou da sua função essencial de ser um pólo alternativo» na política nacional. De resto, como lembrou, o líder da bancada socialista, «se o PSD estivesse de consciência tranquila, já estaria, no mínimo, a pedir a demissão deste ou daquele membro do Governo». Mas, como não está de consciência tranquila, ao fim de seis meses de reuniões da Comissão de Inquérito Parlamentar, «o PSD limita-se a dizer que existiram erros de gestão do IPE e a pedir a demissão do seu Conselho de Administração».

Público esclarecido

Entretanto, em entrevista ao jornal «Público», na segunda-feira, o ministro da Economia considerou «um tema recorrente» as matérias constantes do pedido de inquérito feito pelo PSD, adiantando ter já dado todas as respostas que tinha para dar. «É um dossier fechado», afirmou de forma peremptória Pina Moura.

O mesmo membro do Governo considera que a opinião pública já está esclarecida sobre o carácter falso das acusações lançadas pelo maior partido da oposição «e penalizou fortemente quem, por interes-

se político, lançou uma onda de suspeição totalmente infundada sobre o funcionamento normal e legal entre instituições públicas e agentes económicos».

«Tratou-se de uma linha de orientação política que o PSD entendeu lançar na sequência do congresso de Tavira, provavelmente para distrair em relação a uma aliança com um pequeno partido de direita», respondeu Pina Moura.

Ainda em relação a esta tema, o ministro Economia negou qualquer validade às queixas de que este Governo não privilegiava os pequenos e médios empresários. «É uma crítica que eles não fazem. Mas é uma crítica política que foi desenvolvida pelo líder parlamentar do PSD e que provocou, aliás, uma das maiores quebras de apoio que o PSD tem tido e que as sondagens evidenciam».

E acrescentou: «Na economia portuguesa há espaço para a acção dos grandes grupos industriais e financeiros, que são médios ou pequenos grupos à escala da União Europeia. E o Governo tem fundamentalmente uma acção, através dos sistemas de incentivos, centrada e dirigida à modernização e ganhos de competitividade das pequenas e médias empresas.»

REGIÃO ENTRE DOURO E MINHO

Guterres indignado com campanha anti-regiões

PORTUGAL NUNCA SERÁ RASGADO SEJA POR QUEM FOR

O secretário-geral do PS encerrou o I Congresso da Região de Entre Douro e Minho, acusando a aliança de direita de estar a fazer uma campanha agressiva e cheia de mentiras. A mais grave de todas, segundo o líder socialista, passa por dizer que as oito regiões vão retalhar o País. «Nunca permitiremos que Portugal seja rasgado, seja por quem for», afirmou o primeiro-ministro. Ainda no mesmo congresso, em Viana do Castelo, António José Seguro garantiu que as regiões não são um capricho, enquanto Francisco Assis denunciou a cultura antidemocrática inerente aos actuais dirigentes do PSD e do PP. Fernando Gomes, por seu turno, apelou à mobilização de todo o partido, alertando para a existência de um elevado número de cidadãos indecisos em relação ao voto no referendo sobre a regionalização.

António Guterres encerrou no sábado, em Viana do Castelo, o I Congresso da Região de Entre Douro e Minho, tendo acusado a «aliança de direita» de agressividade e de transmitir mentiras, principalmente, quando sustenta que a regionalização é uma fraude, que vai rasgar o País em oito. Na resposta a este tipo de discurso demagógico do PSD e do PP, o primeiro-ministro salientou: «Como se alguma vez permitíssemos que o nosso país, com oito séculos de História, fosse rasgado, seja por quem for.»

A este propósito, o secretário-geral do partido salientou que os socialistas deram uma lição aos que são movidos pela «ambição do poder», dado que o PS está no poder e defende a regionalização quando está no poder. Por isso, apelou aos socialistas para que sejam «fiéis à verdade e à pedagogia, à moderação e à tolerância» na campanha do referendo sobre regionalização. Isto, em vez de usarem a mentira e a agressividade. «Só quem se sente inseguro recorre à agressividade», realçou o líder do partido, que aproveitou para criticar os cartazes do PP a favor do «Não» às regiões e nos quais se compara a regionalização a corrupção vezes oito. Ou seja, segundo Guterres, para os dirigentes do partido de Paulo Portas, também os municípios são tachos e são corrupção vezes 350 e todos os seus titulares de cargos políticos têm tachos e são corruptos». Igualmente com ironia, o primeiro-ministro referiu-se a um outro cartaz demagógico, em que se refere que a criação das oito regiões implicam 442 novos cargos. António Guterres lembrou então que o mesmo partido autor desse cartaz também apresentou propostas na Assembleia da República para a criação de novos mu-



nicipios. E esses novos municípios implicam a criação de mais 445 lugares políticos.

«Tenhamos decoro. Não vamos criar nenhuma classe política. Os que têm medo do caciquismo deviam começar por ter cuidado com o exemplo que dão», respondeu o secretário-geral do PS, em alusões indirectas às actuações do PSD e do PP. O «risco do novo caciquismo é praticamente inexistente», garantiu.

Regiões não são capricho

Durante a sua intervenção de encerramento deste congresso, que foi organizado pelas federações socialistas do Porto, Braga e de Viana do Castelo, António Guterres fez questão de esclarecer que, no dia 8 de Novembro, no referendo à regionalização, não estará em causa Lisboa, mas, antes, o peso asfixiante da Administração Central e das suas ramificações por todo o País. «Portugal é o país mais centralista da Europa. Temos um centralismo exagerado, herdado da visão napoleónica do passado», evidenciou o chefe do Governo, para logo depois sustentar a tese de que este sistema centralista «conduziu a um desenvolvimento profundamente desequilibrado do território nacional».

Por outro lado, o secretário-geral do PS esclareceu que «a criação das regiões não representa gastar mais dinheiro, mas gas-

tar melhor. Não somos a favor da criação de regiões políticas, como em Espanha, na Alemanha ou na Itália». As novas regiões não têm o poder de fazer leis e criar mais impostos.

Já após o seu discurso, e referindo-se à elevada percentagem de indecisos, o secretário-geral do PS destacou que, neste momento, «é muito importante fazer um grande esclarecimento, com verdade e sem demagogia, para os portugueses saberem o que se pretende com esta reforma, quais as suas vantagens e riscos». Por sua vez, o coordenador da Comissão Permanente do PS assegurou que a regionalização «não é um capricho», mas um projecto de modernização e de solidariedade para a sociedade portuguesa. A batalha da regionalização não é «um coelho tirado à última hora da cartola pelo PS», sublinhou António José Seguro, que manifestou a sua convicção de que os portugueses têm cada vez maior consciência das vantagens que esta reforma administrativa terá para Portugal.

«Os nossos adversários políticos sabem que o PS sabe que, se pudessem, também estavam ao nosso lado a fazer a regionalização», declarou António José Seguro, antes de adiantar que o PSD e o PP «só estão contra esta reforma porque pensam que, se o PS perder o referendo, perde também as eleições legislativas em 1999». Depois, Narciso Miranda, presidente do PS/Porto, destacou que a

regionalização «não irá criar uma nova classe política», mas «substituir os nomeados por eleitos, que respondem perante quem os elegeu». Narciso Miranda, disse, ainda, que se a regionalização já estivesse concretizada há mais tempo, os agentes económicos regionais e locais «não teriam de esperar por 1998 e por um Governo do PS para concretizar várias infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento da Região de Entre Douro e Minho».

Cultura antidemocrática do PP e do PSD

Usando da palavra no I Congresso da Região de Entre Douro e Minho, o presidente do Grupo Parlamentar do PS não hesitou em denunciar que os cartazes que promovem o «Não» às regiões evidenciam «uma atitude cultural profundamente antidemocrática. Francisco Assis considerou mesmo «verdadeiramente inaceitáveis» esses «out-doors» do PP e do PSD, que identificam democracia com corrupção. «É próprio de quem não cultiva o respeito devido pelo regime democrático aqueles que entendem que, em democracia, os cargos políticos são tachos», acrescentou.

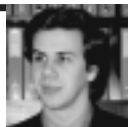
Ainda segundo o líder da bancada dos socialistas, o presidente do PP acaba por ter «a posição mais coerente contra a regionalização, porque ele sempre desconfiou da capacidade de decisão dos portugueses». Francisco Assis desafiou então Paulo Portas a deixar «o mundo labiríntico lisboeta» e a deslocar-se ao resto do país, para perceber melhor a necessidade da regionalização.

Por seu turno, João Cravinho dirigente do partido e ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, referiu-se a Marcelo Rebelo de Sousa, dizendo que «mudar de opinião não envergonha, quando se muda com princípios e explicações». Só que, acusou, «o contrário é desonestidade política». Ainda de acordo com João Cravinho, o actual presidente do PSD «esqueceu-se do que disse durante muitos anos o jovem deputado constituinte Marcelo Rebelo de Sousa».

Finalmente, o presidente da Câmara do Porto manifestou-se preocupado com a elevada taxa de indecisos. Fernando Gomes proferiu estas palavras momentos antes de Narciso Miranda divulgar uma sondagem que dava a vitória do «Sim» na Região de Entre Douro e Minho, mas que também apontava para a existência de cerca de um terço de eleitores indecisos. Por essa razão, o autarca e membro do Secretariado Nacional do PS afirmou que o primeiro grande combate do partido, tendo em vista o referendo às regiões, «passa por esclarecer as pessoas, nem que seja necessário recorrer a uma campanha porta-a-porta. Ninguém pode deixar de votar, argumentando que não sabe», realçou Fernando Gomes.

COIMBRA

Ricardo Castanheira



A POLÍTICA DO IÔ - IÔ

José Gama, de sua graça. Recordam-se? Este senhor foi, em Dezembro último, o tal candidato do PSD à Câmara Municipal de Coimbra, que era apresentado como sendo de «topo», vindo como um salvador «de lá das fragas» e que, repentina mas previsivelmente, desapareceu.

Outros há para quem os ventos da sorte sopraram de feição e se vão mantendo por aqui perto mascarados de autarcas e neófitos do regionalismo, embora sejam verdadeiros líderes de facção e candidatos a presidentes de partido.

Tornemos então ao candidato desaparecido ou ao vereador virtual.

Coimbra, uma paixão antiga. Uma firme, que já era, vontade de mudança. Um putativo Metro como em Mirandela. Enfim, tudo isto já faz parte de um passado do

candidato-ex-vereador que deve, presumo, querer ver esquecido.

Mas esta coisa da política à maneira do iô - iô, ora vai ora vem, em que alguns sociais - democratas são exímios não pode deixar de merecer o nosso reparo e um apelo.

O reparo, porque actualmente José Gama é dos dirigentes do PSD que coerentemente, honra lhe seja feita, se manifesta a favor da regionalização, por isso talvez fosse este o momento de, na lógica do ir e voltar, regressar a Coimbra e demonstrar as virtudes desta reforma administrativa do país aos seus pares. A todos aqueles que lhe reconheciam o mérito de «ter colocado Mirandela no mapa». A todos aqueles que não sabem como o actual Estado centralizado prejudica o desenvolvimento regional. A todos aqueles que não sabem como é complicado para os autarcas furar a regra da burocracia implantada e fazer crescer

os seus municípios.

Enfim, José Gama conhece toda esta dura realidade e também sabe, como nós, que a descentralização - agora sim, a fazer-se - e a municipalização - já existente - são insuficientes para obviar às assimetrias e aos atrasos regionais. No ir e vir, talvez fosse importante explicá-lo aos seus companheiros de partido.

José Gama, enquanto sobe e desce, vai e vem, deve mostrar-se à população e clarificá-la quanto aos receios infundados de novos caciques regionais, pois o ex - «autarca modelo» de Mirandela, segundo consta, já o era (cacique) antes da regionalização o ser.

O PSD nas autárquicas chegou a Coimbra de comboio, o da transformação diziam, e saiu de carrinho, pois a população da Lusa - Atenas - entre a certeza de um projecto continuado e de uma equipa séria e o sal-

to no desconhecido laranja - optou pelo seguro.

Hoje, entre o ir e vir, o tal iô - iô à moda PSD, seria conveniente a José Gama fixar-se uns tempos nesta nossa região e participar empenhadamente na campanha da regionalização, dado que, agora sim, reconhecer-lhe-íamos propriedade nas intervenções e conhecimento de causa. É a tal questão dos «timings» e das apostas em política...

Fica reiterado o apelo ao Dr. José Gama, apelo sério e sincero, para, no ir e vir, tornar a Coimbra e, em conjunto com outros companheiros seus de partido, confrontarem Marcelo com a sua contradição política (de quem na Feira era regionalista e em Tavira era centralista) e demonstrarem que uma vitória do não inviabilizará inelutavelmente as regiões, já uma do sim permitirá aperfeiçoamentos desejáveis.

PORTUGAL NA UE

José Barros Moura



REGIÕES E UNIÃO EUROPEIA

Seguramente por deficiência expositiva minha, alguns jornalistas mais apressados na descoberta de «factos políticos» de relevância mediática, colocaram-me há dias em contradição com a ideia, que defendo fundamentadamente, segundo a qual a regionalização é importante na perspectiva do reforço da posição negocial de Portugal na UE.

O argumento que terá motivado a confusão pretendia exactamente rebater a tese - inspirada pelo PSD saudoso de Cavaco - segundo a qual Portugal perderia fundos estruturais se instituisse as Regiões. Tal argumentação anti-regionalizadora constrói-se, como é sabido, a partir da evidência que Portugal beneficiou muito nos Quadros Comunitários de Apoio I e II, pelo facto de contar, na totalidade do seu território, para o «Objectivo 1» (no qual se concentra a maior fatia dos fundos estruturais, com a maior percentagem de comparticipação comunitária).

O que eu tentei explicar foi que, desse ponto de vista, é irrelevante a criação das Regiões Administrativas. Segundo os regulamentos aplicáveis só relevam aqui critérios estatísticos: são elegíveis as regiões cujo PIB per capita seja inferior a 75%

da média comunitária; são inelegíveis as restantes. A vingarem as propostas da Comissão na Agenda 2000, o conjunto Lisboa e Vale do Tejo deixa de ser elegível - ainda que Portugal continue sem Regiões Administrativas. E isto só não seria grave se - o que não acontece - revertesse para o resto do país aquilo que Lisboa perca. Já a Irlanda deixaria por inteiro o Objectivo 1 - ainda que nela fossem criadas regiões correspondentes às suas áreas territoriais com PIB inferior ao limiar dos 75%.

Assim sendo, na negociação da Agenda 2000 as questões decidem-se noutras sedes: estatísticas fráguas (as da Comissão Europeia, construídas sem contestação dos Governos do PSD, colocam Lisboa e Vale do Tejo acima da Catalunha!); coesão económica e social; equidade no esforço financeiro face ao alargamento da UE; negociação do regime transitório para Lisboa e Vale do Tejo; obtenção de mais financiamentos noutras políticas (como a PAC, a Investigação e Desenvolvimento, o Ambiente, a Política Social, etc.) com o objectivo de, pelo menos, não diminuir o volume global de financiamento comunitário do QCA em vigor. Isto é, as coisas decidem-se em sede política!

No que concerne à ligação entre regiões e fundos estruturais acrescente, aliás, que uma diferente divisão territorial da «região plano» da actual CCR de Lisboa e Vale do Tejo ajudaria seguramente a por em evidência que o nível de prosperidade relativa é assimétrico no seu próprio interior, permitindo desejavelmente manter no «Objectivo 1» a sua parte menos próspera. Ao mesmo tempo, a prevista criação de uma Região correspondente à área metropolitana de Lisboa e Setúbal ajudará a por em evidência os problemas específicos desta parte economicamente mais próspera do país, mas com mais elevados índices de pobreza, desigualdades sociais, toxicodependência, criminalidade, etc., a justificar também apoios comunitários (desde logo na habitação - cujo financiamento pelos fundos estruturais é um combate político importante a travar!).

Quanto ao futuro, repito, importa que as Regiões Administrativas sejam criadas. Portugal, ou a Grécia - singularidade na UE, coincidência no atraso - não beneficia de um nível intermédio, entre o poder central e o poder local, eleito. A sua existência, reflectindo o nível real de desenvolvimento da respectiva área territorial e

permitindo a sua comparabilidade interna e transfronteiriça, ajuda na futura afectação de fundos estruturais. As entidades regionais eleitas e livremente destituíveis pelos eleitores fazem valer as prioridades regionais no planeamento e na afectação de recursos e reforçam a capacidade negocial do país na UE, nomeadamente pela sua participação no importante órgão consultativo que é o Comité das Regiões, na chamada «parceria» com a Comissão (no domínio do planeamento, da execução e da avaliação dos programas), na co-operação regional transfronteiriça e, porque não dizê-lo, no lobby que as entidades regionais eleitas doutros países tão bem sabem fazer. A própria Madeira e os Açores disso têm beneficiado (cfr. «Regiões Ultraperiféricas»). Assim sendo, eu só tenho de me penitenciar por não ter querido ensinar o ABC e pela imensa ingenuidade de ter evitado a política politiquera numa sessão destinada a «aprofundar» os conhecimentos dos jornalistas membros do prestigiado Observatório da Imprensa.. Mas não deixo de recomendar aos criadores de pseudo factos políticos «aprofundem», aprofundem muito! Mas, estejam, ao menos, atentos!

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, presidiu, no dia 26 de Setembro, em Faro, à celebração de 13 protocolos com o mesmo número de instituições privadas de interesse público do distrito de Faro. Os referidos protocolos envolvem uma comparticipação do estado de cerca de 115 mil contos e inserem-se no âmbito do PIDDAC do Ministério do equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, que dispõe de um instrumento de financiamento destinado a comparticipar obras promovidas por associações de natureza cultural, recreativa e desportiva, assim como instituições religiosas.

O programa de financiamento em questão compreende dois sub-programas. O primeiro destina-se a comparticipar 70 por cento, até ao limite máximo de cem mil contos, obras com orçamento superior a dez mil contos. O segundo é destinado à comparticipação, até seis mil contos, de obras com um orçamento não superior a dez mil contos.

AGRICULTURA – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, recebeu, no dia 25 de Setembro, a Associação Livre de Suinicultores, que visava apresentar ao Governo sugestões para algumas medidas que considerava importantes para o sector.

AVEIRO – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, visitou, no dia 25 de Setembro, a Igreja Paroquial de Espinho. Esta deslocação, à semelhança de outras que o governador tem feito a instituições e associações do distrito, visa um conhecimento mais directo da realidade da instituição, bem como das suas necessidades, prendendo-se com a preocupação para com o património religioso.

COMÉRCIO – O secretário de Estado do Comércio, Osvaldo Castro, deslocou-se, no dia 26 de Setembro, a Aveiro, a convite da União das Associações de Comerciantes do Distrito, a fim de participar no jantar de confraternização do Dia do Comerciante.

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, acompanhou, no dia 28 de Setembro, o primeiro-ministro, António Guterres, numa deslocação ao Porto por ocasião da qual foi efectuada uma reunião com a Comissão Instaladora «Porto – 2001». No dia anterior, Manuel Maria Carrilho e o director-geral da UNESCO, Federico Mayor, estiveram presentes nas comemorações do Dia de Honra daquela organização das Nações Unidas, na Expo'98.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, e a directora-geral de Desenvolvimento Regional, Irene Veloso, participaram, no dia 24 de Setembro, no encontro entre o ministro do Equipamento e o ministro polaco para os Assuntos Estratégicos.

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, deslocou-se, no

dia 27 de Setembro, a Montechoro, para assistir aos jogos finais do encontro de ténis entre as selecções de Portugal e da Hungria, da Taça Davis.

No dia 26, o governante esteve presente no jantar comemorativo do 30.º aniversário do Clube de Ténis do Porto, que se realizou nas instalações desportivas do clube.

Antes do jantar foi assinado um contrato-programa destinado à conclusão de um pavilhão para a prática de ténis.

Na passada quinta-feira, dia 24 de Setembro, Miranda Calha deslocou-se ao distrito de Aveiro, onde presidiu à inauguração de novas obras de natureza desportiva.

ECONOMIA – O ministro da Economia, Pina Moura, garantiu, na passada quinta-feira, dia 24 de Setembro, em Matosinhos, «a continuação do forte apoio e conforto políticos por parte do Executivo socialista à intensificação das relações das empresas portuguesas com o exterior».

O governante defendeu, no entanto, que a aposta das empresas portuguesas na internacionalização deve ser de «longo prazo» e «não é uma política que flutue ao ritmo dos mercados de capitais».

«Não devemos ser - nem o Governo, nem os empresários portugueses - investidores nómadas, que chegam para investir hoje e partir amanhã, levantando ferro às primeiras dificuldades», afirmou.

Pina Moura falava durante a sessão de encerramento do seminário sobre «Competitividade e comércio internacional: como fazer negócio em mercados não europeus», uma iniciativa integrada no programa de comemorações dos 150 anos da Associação Industrial Portuguesa.

Defendendo a internacionalização das empresas como «condição da sua modernização e afirmação competitiva», o ministro sublinhou o salto dado pelo investimento directo de Portugal no estrangeiro, que considerou como «um sinal de que a economia portuguesa está mais moderna e competitiva».

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, recebeu, no dia 28 de Setembro, o ministro de Correios, Telecomunicações e Media do Sri Lanka. No mesmo dia, o governante empossou Maria Isabel Ferreira Pinto como auditora ambiental.

JUSTIÇA – O secretário de Estado adjunto do ministro da Justiça, Matos Fernandes, deslocou-se, no dia 25 de Setembro, ao distrito de Aveiro, onde presidiu à inauguração de dois novos tribunais.

SAÚDE – A ministra da Saúde, Maria de Belém, visitou, no dia 29 de Setembro, a região do Algarve, onde presidiu à cerimónia oficial de inauguração do Centro de Saúde de Lagoa, em Faro, deslocou-se em visita de trabalho para o Hospital de Portimão e para o do Barlavento.

No dia 25 de Setembro, Maria de Belém deslocou-se aos distritos de Braga e Porto. No primeiro inaugurou o Centro de Saúde de Braga 1 (Araújo Carandá), o de Vila Verde e apreciou as obras efectuadas no hos-

pital da mesma localidade.

No distrito do Porto, Maria de Belém visitou as novas instalações do Hospital de Santo António e a Exponor.

TRABALHO E SOLIDARIEDADE – O ministro do trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, presidiu, no dia 24 de Setembro, a iniciativas que decorreram nos concelhos

de Matosinhos e Cabeceiras de Basto, a convite das entidades organizadoras, visitando ainda uma instituição de solidariedade social que presta serviços de apoio na área da deficiência.

Em Cabeceiras de Basto, o ministro foi também homenageado pela autarquia que decidiu atribuir-lhe a medalha de ouro do concelho.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 24 de Setembro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que restringe a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal e que revoga o decreto-lei n.º 32-A/97, de 28 de Janeiro,
- Um decreto-lei que aprova medidas complementares de luta contra a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no domínio da alimentação animal;
- Um decreto-lei que procede à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adoptados ou filhos de cônjuge do beneficiário, que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos e que alargue o prazo para o requerimento das prestações de protecção social à maternidade;
- Um decreto-lei que atribui, às empresas públicas municipais, competência para a fiscalização do estacionamento de duração limitada,
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 96/77/CE da Comissão, de 2 de Dezembro de 1996, que estabelece os critérios de pureza específicos dos aditivos alimentares com excepção dos corantes e dos edulcorantes;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva 96/83/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Dezembro de 1996, fixando as condições de utilização dos edulcorantes para utilização nos géneros alimentares;
- Um decreto-lei que torna extensivo ao pessoal médico das instituições de segurança social o regime em vigor para as carreiras médicas aprovado pelo decreto-lei n.º 73/90, de 6 de Março;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral do Orçamento;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças;
- Um decreto-lei que estabelece um regime excepcional de aquisições de bens e serviços relativos a equipamentos e infra-estruturas que integrem sistemas electrónicos programáveis;
- Um decreto-lei que vem prorrogar a vigência do decreto-lei n.º 46/96, de 14 de Maio, o qual estabeleceu um regime excepcional para a realização de obras, aquisição de bens e serviços e recrutamento de pessoal para a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 97/38/CE, da Comissão da União Europeia, de 20 de Junho de 1997, que alterou o n.º 5 do Anexo C da Directiva 92/51/CEE, transposto no Anexo II do decreto-lei n.º 242/96, de 18 de Dezembro (relativas ao reconhecimento de formações profissionais a nível comunitário - transposição de alterações introduzidas no Reino Unido);
- Um decreto-lei que autoriza o Instituto Nacional do Desporto a contrair empréstimos financeiros até ao limite de 40 por cento do orçamento das receitas próprias do respectivo ano;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística o Centro Histórico de Elvas, no município de Elvas;
- Um decreto que declara como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a Vila de Aljezur, no município de Aljezur;
- Um decreto regulamentar que altera o decreto regulamentar n.º 44/94, de 2 de Setembro, que estabelece as atribuições, organizações e competências do Comando do Pessoal, do Comando da Logística e do Comando da Instrução do Exército;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, no município de Lisboa;
- Uma resolução que aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para o troço Cidadela-Forte de S. Julião da Barra;
- Uma resolução que ratifica a alteração ao regulamento dos aglomerados de Mourão e Granja do Plano Director de Mourão, ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 163/95, de 28 de Setembro;
- Uma resolução que cria a Equipa de Missão para a Protecção e Gestão Ambiental das Salinas do Samouco.
- Uma resolução sobre prestação de garantia pessoal do Estado ao financiamento contraído pela Empresa João Pimentel & Comp. Lda, junto da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, no montante de 50 mil contos;
- Uma resolução sobre prestação de garantia pessoal do Estado ao financiamento contraído pela Empresa Têxtil Bellino & Bellino, SA, junto do Banco Totta & Açores, SA, e do Banco Pinto & Sotto Mayor, SA, no montante de 206 564 000 escudos;
- Uma resolução sobre prestação de garantia pessoal do Estado ao financiamento contraído pela AGRO-JARMELO - Indústria de Transformação de Carnes, Lda., junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, no montante de cem mil contos.

DESTAQUE – CM

Vacas loucas

ACCIONADAS MAIS MEDIDAS PREVENTIVAS

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 24 de Setembro, um decreto-lei que restringe a utilização de produtos de origem bovina, ovina e caprina na alimentação humana e animal.

Este diploma, aprovado na generalidade, vem interditar a entrada, por qualquer forma, na cadeia alimentar humana e animal, bem como a detenção e comercialização para aquele efeito, qualquer que seja a sua proveniência, dos materiais de risco provenientes de bovinos, ovinos e caprinos.

Entretanto foi ainda dada luz verde a um decreto-lei que aprova medidas complementares de luta contra a Encefalopatia

Spongiforme Bovina (EEB) no domínio da alimentação animal.

O decreto vem reforçar e melhorar as medidas de prevenção face à conhecida doença das vacas locas no domínio da alimentação animal, precisando e obrigando a determinados procedimentos os agentes económicos envolvidos.

Neste contexto, o diploma transpõe para o direito interno as disposições comunitárias relativas à rotulagem das matérias-primas constituídas para produtos proteicos derivados e tecidos de mamíferos e de alimentos compostos que contenham tais matérias-primas.



DESTAQUE – CM

Município de Vizela

DESIGNADA COMISSÃO INSTALADORA

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 24 de Setembro, uma resolução que designa os membros da Comissão Instaladora do Município de Vizela.

Esta resolução vem dar cumprimento ao estipulado na lei n.º 63/98, de 1 de Setembro, que cria o município de Vizela e incumbe o Executivo de designar os cinco membros da respectiva Comissão Instaladora, entre eles o seu presidente, à qual incumbe promover as acções necessárias à instalação dos órgãos do novo município e assegurar a gestão corrente da autarquia.

De acordo com os termos do referido diploma, a designação em causa teve em consideração os resultados eleitorais globais obtidos pelas forças políticas nas últimas eleições autárquicas para as assembleias

das freguesias que integram o município de Vizela, e a obrigatoriedade de um dos cinco cidadãos escolhidos ser membro dos corpos gerentes do Movimento para a Restauração do Conselho de Vizela.

A consideração dos resultados eleitorais globais foi feita de acordo com o disposto no artigo 11.º do decreto-lei n.º 701-B/76, de 29 de Setembro, segundo o qual «a conversão dos votos em mandatos far-se-á em obediência ao método de representação proporcional correspondente à média mais alta de Hondt».

Assim, são agora designados Francisco Angelo da Silva Ferreira, que presidirá, Joaquim Alves da Costa, José Pedro Carvalho Marques, Carlos Alberto Carneiro da Costa e Manuel da Costa Campelo.

DESTAQUE – CM

Solidariedade

PROTECÇÃO SOCIAL ALARGADA

O Executivo vai proceder à definição e regulamentação do subsídio para assistência a filhos, adoptados ou filhos de cônjuges do beneficiário, que sejam deficientes profundos ou doentes crónicos.

A decisão foi tomada na última reunião do Conselho de Ministros, realizada, no dia 24, em Lisboa.

O diploma alarga, igualmente, o prazo para o requerimento das prestações de protecção social à maternidade.

Relativamente à primeira medida, este decreto-lei prevê um subsídio para assistência a deficientes profundos e doentes crónicos correspondente a 65 por cento da remuneração de referência do beneficiário, tendo como limite máximo a remuneração mínima mensal garantida mais elevada.

No tocante à protecção social à maternidade, o prazo para requerer as respectivas prestações passa a ser de seis meses a

contar do facto determinante da protecção. Pretende-se, assim, garantir uma sensível melhoria na protecção aos agregados familiares que integrem deficientes profundos, procurando-se ainda evitar que, por razões de conhecimento tardio ou impedimento temporário, os beneficiários das prestações de protecção social à maternidade não possam delas beneficiar por decurso do prazo de exercício do respectivo direito.

As medidas do presente diploma inserem-se nos objectivos do Programa do Governo, designadamente no que respeita à necessidade de defesa, concretizada através de uma sociedade solidária e da família, das iniciativas que satisfaçam as condições necessárias à existência de um instrumento de coordenação das políticas e dos meios, para a integração das pessoas com deficiência.



DESTAQUE – CM

Ordenamento do trânsito

REFORÇO DA INTERVENÇÃO AUTÁRQUICA

O Governo atribuiu às empresas públicas municipais competência para a fiscalização do estacionamento de duração limitada, na última reunião de Conselho de Ministros, realizada na passada quinta-feira, dia 24 de Setembro.

O decreto-lei aprovado veio introduzir, no seu artigo 7.º, alterações no âmbito da competência para a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e demais legislação rodoviária, com o objectivo de reforçar as possibilidades de intervenção das autarquias no ordenamento do trânsito, nomeadamente no que se re-

feria ao estacionamento de veículos nas zonas de estacionamento de duração limitada.

Nestes termos, tendo em conta o importante papel que o estacionamento de duração limitada representa, actualmente, no ordenamento do trânsito na via pública, o diploma vem dotar o pessoal das empresas públicas municipais concessionárias, de competência legal para exercer funções de fiscalização deste tipo de estacionamento, libertando-se assim, para outras funções, os agentes da PSP a quem aquelas estavam cometidas.

O PAPEL INSUBSTITUÍVEL DO ESTADO

«**H**á quem possua da Segurança Social uma visão de construção de um limiar de protecção apenas suficiente para responder aos problemas básicos do cidadão. Não é essa a nossa visão», afirmou no dia 23, na AR, Ferro Rodrigues. O ministro do Trabalho e da Solidariedade, que falava durante o debate para a revisão da Lei de Bases da Segurança Social, admitiu que o regime geral do sistema «poderá eventualmente enfrentar dificuldades financeiras uns anos mais cedo» do que em 2020, tal como prevê a maioria dos estudos oficiais.

Ferro Rodrigues respondia a uma questão formulada pela deputada do PP Maria José Nogueira Pinto que citava um estudo do Governo.

Na resposta, Ferro Rodrigues desdramatizou o problema, salientando que «não há qualquer ruptura financeira à vista».

Mas, a seguir, comentou o estudo encomendado pelo seu próprio gabinete: «Vamos continuar a analisar esse trabalho e garanto que não iremos meter a cabeça na areia.» «Poderão, eventualmente, existir dificuldades uns anos mais cedo, mas isso até deve motivar-nos redobrado cuidado» na revisão da Lei de Bases de Segurança Social, defendeu.

Bancada laranja semideserta

De salientar que durante a primeira hora e meia de discussão houve um aparente desinteresse da semideserta bancada laranja, onde não foi registada qualquer intervenção, nem sequer em estilo de pergunta após os



discursos de Ferro Rodrigues e de Maria José Nogueira Pinto.

Intervindo durante o debate, o deputado popular Nuno Correia da Silva exigiu uma resposta de Ferro Rodrigues sobre o período previsto para a equiparação das pensões mínimas ao salário mínimo nacional.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, na resposta, pediu aos deputados do PP para não terem «ilusões».

Se as pensões das carreiras não contributivas iguaissem o salário mínimo, «na verdade, estaríamos perante uma injustiça. Isso nunca acontecerá», acentuou.

Já no que concerne às carreiras contributivas com 15 anos, o ministro do Trabalho e da Solidariedade reivindicou o feito de ter superado todos os prazos preconizados pelo partido de Paulo Portas.

«As pensões das carreiras contributivas com

15 anos, até Junho do próximo ano, vão atingir 65 por cento do salário mínimo nacional», disse.

Ao longo do debate, as grandes linhas de crítica do PCP passaram pelo estabelecimento de tectos para as contribuições sociais e pela substituição do sistema público pelas seguradoras e fundos de pensões privados.

Octávio Teixeira denunciou que o projecto dos populares, como filosofia última, previa a criação de um sistema público apenas assistencial (para os marginalizados e excluídos), deixando as grandes contribuições para o privado.

Mais grave, ainda, de acordo com o líder da bancada dos comunistas, o facto de se generalizar o acesso a esquemas complementares de Segurança Social poderá trazer «consequências trágicas em casos de "crash" na bolsa, ou perante cenários de depressão».

«Em caso de crise, quem pagaria as pensões aos trabalhadores, ou ficariam a chupar no dedo», perguntou Octávio Teixeira a Maria José Nogueira Pinto.

O líder da bancada comunista voltou a condenar a adesão do Executivo socialista aos «plafonamentos» das contribuições, citando, para o efeito, os perigos salientados pelo «Livro Branco», onde se admitem «saldos

negativos do sistema até 2050», caso este esquema de complementaridade avance. Na resposta, Ferro Rodrigues começou por lembrar que o «PCP não votou a lei de bases em vigor, em 1985, e assume-a hoje como um referencial». «Esperamos que não volte a acontecer o mesmo agora», acrescentou o ministro.

Mas Ferro Rodrigues também decidiu deixar bem claro que a actual Lei de Bases em vigor já prevê «o demonizado plafonamento do PCP», só que os anteriores governos nunca abriram essa porta.

Durante o debate, o ministro do Trabalho e da Solidariedade sublinhou os pontos de convergência entre todos os projectos, tanto ao nível do reforço dos mecanismos de protecção social dos cidadãos mais carenciados, como no que concerne à ideia de garantir a sustentabilidade económica e financeira do sistema.

Mesmo assim, criticou o modelo de capitalização proposto pelo PSD, «que deixa de identificar como seriam compensadas as quebras de receitas» em conjunturas económicas desfavoráveis, assim como as perspectivas mais liberalizadoras, ou mais marcadamente estatizantes.

«Há quem possua da Segurança Social uma visão de construção de um limiar de protecção apenas suficiente para responder aos problemas básicos do cidadão. Não é essa a nossa visão», disse.

Não às perspectivas mais liberalizadoras

Mas também acrescentou que «há quem possua uma visão conservadora do sistema como modelo que pode crescer indefinidamente, colocando no Estado a resposta a todas as dificuldades desse crescimento. Essa não é a nossa visão».

De acordo com o ministro, pelo contrário, o debate deverá permitir que, «na presente sessão legislativa, seja aprovada a nova Lei de Bases da Segurança Social e que o Governo possa preparar e apresentar, ainda em 1999, diplomas que concretizem domínios da nova lei».

J. C. C. B.

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 1

A Assembleia da República reúne, hoje, a partir das 15 horas, para um debate de urgência requerido pelos grupos parlamentares do PSD e do CDS/PP sobre a pretensa situação de abandono a que alegadamente o Governo tem votado a agricultura nacional. Mais tarde serão apreciados dois diplomas comunistas. O primeiro é um projecto de resolução sobre a baixa das tarifas de electricidade. O segundo é um projecto de lei que assegura o direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, combatendo práticas lesivas da saúde dos trabalhadores. Por último e como habitualmente, as votações regimentais realizar-se-ão pelas 18 horas.

Sexta-feira, dia 2

Amanhã os deputados farão a apreciação parlamentar, a pedido do CDP/PP, do decreto-lei 97/98, de 18 de Abril, que «estabelece o regime de celebração das convenções a que se refere a base XXI da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto», ou seja, da Lei de Bases da Saúde. Mais uma apreciação parlamentar será efectuada depois, desta feita a pedido do PCP, sobre o decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, que «aprova o regime de autonomia administrativa e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundários, bem como dos respectivos agrupamentos». A última apreciação parlamentar será da iniciativa da bancada laranja e incidirá sobre o decreto-lei 209/98, de 15 de Julho, que «aprova o regulamento da habilitação legal para conduzir».

Quarta-feira, dia 7

A ordem de trabalhos parlamentares, no hemiciclo de São Bento, será preenchida, a partir das 15 horas, com um agendamento potestativo requerido pelo PSD, sobre o «pacote autárquico».

PORTUGAL/ALBÂNIA

Repúdio

CAPITAL TIRANA...

Os deputados fundadores do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal/Albânia manifestaram, recentemente e por escrito, junto do Governo albanês, o seu repúdio pelas manifestações armadas que ocorreram em meados de Setembro, na cidade de Tirana.

«Essas violências e demonstrações não ajudam a jovem democracia albanesa que necessita de muita tolerância entre as várias sensibilidades políticas na resolução dos seus problemas nacionais», lê-se no primeiro parágrafo do documento assinado pelo deputado socialista Strech Monteiro.

O surgimento de «manifestações de violência, que não ajudam à credibilização de um Estado, cujo povo tem vindo a afirmar-se calorosamente na via da integração da grande família democrática europeia», preocupa explicitamente os deputados portugueses e em especial os fundadores do Grupo de Amizade Portugal/Albânia.

No texto, os parlamentares saúdam o «legítimo Governo albanês» e encorajam-no a prosseguir com «as reformas organizativas tão necessárias ao desenvolvimento e consolidação democrática no respeito pelas instituições livremente eleitas».

MJR

DEPUTADO PEREIRA MARQUES

Acordo Multilateral sobre Investimentos

RESERVAS E PREOCUPAÇÕES QUANTO À DESREGULAÇÃO



O deputado socialista Fernando Pereira Marques manifestou, uma vez mais, no dia 23, as suas «reservas e preocupações» acerca do Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI), que está a ser elaborado e negociado na OCDE desde 1995, nomeadamente quanto aos «objectivos culturais nacionais mas também com os objectivos culturais europeus».

Na intervenção que efectuou na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa na sua qualidade de membro da Comissão de Cultura e de Educação daquela Assembleia, Fernando Pereira Marques afirmou que com o AMI visa-se, essencialmente, «eliminar os obstáculos com que ainda se depara a liberalização dos investimentos a nível mundial, criando normas que protegem os investidores e obrigações que vincularão os governos nacionais».

Para o deputado socialista, «esta acção de desregulação e as obrigações draconianas impostas aos governos, teriam consequências profundas no que concerne à soberania dos Estados, às economias mais vulneráveis, mas também no que diz respeito a projectos e organizações de dimensão regional como a União Europeia». Referindo-se em particular às questões da cultura, Fernando Pereira Marques salientou que a adopção do princípio do «tratamento nacional» e a introdução da cláusula da «nação mais favorecida», assim como a criação de uma arbitragem específica no âmbito do AMI, «meteriam em causa a apli-

cação das legislações nacionais e comunitárias, o que teria múltiplas consequências». Em primeiro lugar, sublinhou, «seriam inviabilizados a política europeia para as indústrias culturais mas, muito particularmente, a do audiovisual, assim como os programas nacionais e europeus neste sector e as disposições de protecção e apoio à criação».

Em segundo lugar, frisou, «a definição de direito de autor e de direitos conexos como investimento, poria em causa não só toda a legislação europeia, mas também a legislação comunitária neste domínio, modificando radicalmente a tradição existente na Europa, de protecção da criação dos autores, dos artistas e dos intérpretes, reconhecida por organizações como a OMPI e a UNESCO».

Citando um relatório do seu colega Terry Davis, no qual se refere que devido à mundialização, os investimentos directos estrangeiros, de 1973 a 1996, multiplicaram-se por onze, sendo mais forte do que o comércio internacional de mercadorias, que só se multiplicou por onze, Fernando Pereira Marques referiu que, se assim é, o que se pretende com este AMI? O que está de facto em jogo?

Assim, neste contexto, o deputado socialista disse serem necessárias «respostas claras e plausíveis que tenham em conta, não os interesses dos investidores e das multinacionais, mas, sobretudo, os que nos devem preocupar em primeiro lugar: os interesses dos povos e da Europa que queremos construir».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO ANTÓNIO REIS

Direitos exclusivos de televisão

PSD ACOMETIDO DA SÍNDROMA ANARCO-POPULISTA DE DIREITA



O deputado do PS António Reis acusou no dia 23 o PSD de só conhecer como única tática oposicionista a do «ataque pelo flanco que mais demagogia propicia, sem curar da exequibilidade jurídica, técnica e financeira das soluções que propõe».

António Reis, que falava durante a discussão de um projecto de lei do PSD que, passados três meses da votação final global da Lei da Televisão, visava introduzir substanciais alterações no seu artigo 25º que regula a aquisição de direitos exclusivos, disse que «o PSD acordou tarde, a más horas e com o pouco discernimento de quem passou por uma noite de pesadelos».

Segundo António Reis, «de recuo em recuo», o PSD chega a um projecto de lei que «já só tem como objectivo obrigar os operadores televisivos detentores dos direitos exclusivos dos ora chamados eventos nacionais relevantes que sejam objecto de interesse generalizado do público - leia-se jogos de futebol» a, nomeadamente, assegurarem uma cobertura de âmbito nacional e a disponibilizarem o respectivo sinal ao operador de serviço público internacional para transmissão sempre em directo desses mesmos eventos.

Analizando cada uma das obrigações propostas pelo projecto do PSD, António Reis foi desmontando ao longo da sua intervenção com argumentos irrefutáveis todo o articula-

do «esforçadamente engendrado», revelando perante o Parlamento que, mais uma vez, o partido liderado por Marcelo Rebelo de Sousa «não soube fazer o trabalho de casa».

Demagogia populista laranja

António Reis afirmou que «o PSD julgou descobrir no início da época futebolística um novo filão propiciador de irresistíveis exercícios de demagogia populista antigovernamental. Só que se enganou primeiro, mentiu depois e acabou por apresentar um projecto que erra o alvo que pretendia atingir, por manifesta ignorância de condicionalismos de ordem técnica e surpreendente queda para o confusãoismo e a aberração jurídica».

Salientou ainda ter ficado demonstrado durante a discussão do diploma que «a única tática oposicionista que o PSD conhece é a do ataque pelo flanco que mais demagogia propicia, sem curar da exequibilidade jurídica, técnica e financeira das soluções que propõe».

Em suma, frisou, «estamos em presença de mais uma manifestação típica da síndrome anarco-populista de direita que o acometeu desde que é liderado por Marcelo Rebelo de Sousa».

«O liberalismo oitocentista e o jacobinismo republicano deram-nos o bacalhau a pataco. Este PSD, lá bem no fundo, queria agora dar-nos o futebol a pataco», acrescentou.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO LAURENTINO DIAS

NATO

ADESÃO DE NOVOS PAÍSES É IMPERATIVO ESTRATÉGICO



«A abertura, alargamento ou adesão de novos países à NATO emerge como um imperativo estratégico, um investimento na segurança da Europa», afirmou no dia 16, na Assembleia

da República, o deputado do PS Laurentino Dias.

O parlamentar socialista, que falava durante a discussão e votação dos protocolos de adesão da Polónia, Hungria e República Checa à NATO, que a sua bancada subscreveu e votou favoravelmente, fez um pequeno histórico das «mudanças radicais» operadas no mundo e na Europa desde o acto fundador da NATO (Tratado de Washington) em 1949.

«Não estamos já no tempo da Guerra-Fria. Aí, nesse tempo, era simples de enunciar e de compreender o objectivo primeiro da Aliança - a defesa do espaço euro-atlântico e da integridade territorial dos seus aliados contra uma eventual agressão soviética», disse.

Hoje, sublinhou, «a realidade política é radicalmente diferente e impõe-se às pessoas e instituições determinando correcções de ob-

jectivos, alterações de modelo, reconversões na sua estrutura e mesmo novidades na sua composição».

Para o deputado do PS, deve esperar-se hoje da NATO «que assegure a estabilidade e a segurança de toda a Europa, devendo para isso reformar as suas estruturas e contribuir de forma decisiva para uma nova identidade europeia de Defesa e Segurança».

«Uma NATO nova para uma nova Europa, com novos parceiros, novas missões, novas estruturas», acrescentou.

Segundo sublinhou o deputado do PS, a abertura da NATO a novos países da Europa Central e de Leste «deve ser entendida como um processo natural de integração, meio de reforçar a estabilidade nacional e regional e de corresponder ao desejo de partilha de valores e destinos que as suas declarações ou pedidos de adesão representam».

Assim, o processo de alargamento da NATO, na opinião de Laurentino Dias, «não é mais do que, no seu respectivo plano, um movimento natural de integração patente noutras grandes organizações internacionais», como, por exemplo, o Conselho da Europa, a UEO, a OSCE e mesmo a União Europeia. J. C. C. B.

DEPUTADA MANUELA AUGUSTO

Ratificação

PARCERIA UE/MÉXICO AFIRMA PORTUGAL NO MUNDO

A deputada socialista Maria Manuela Augusto propôs, no dia 18, na Assembleia da República e em representação da GP/PS, a aprovação e ratificação do Acordo de Parceria Económica, de Concertação Política e de Cooperação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e o México, por outro.

Para Maria Manuela Augusto, «uma União Europeia que se pretende cada vez mais democrática, eficaz e solidária» não pode enjair um acordo cada vez mais consolidado e que visa dar corpo aos seus novos desafios.

Boas relações entre a Europa e a América latina são, por tudo isto, um caminho de encontro ao interesse de ambas as partes, «na criação de novos vínculos contratuais, no aprofundamento das relações comerciais e económicas, na liberalização progressiva e recíproca das trocas comerciais, nos pagamentos correntes, nos movimentos de capitais, nas transações invisíveis e na promoção de investimentos».

«Mas esta cooperação pretende-se ainda mais vasta», sublinhou a parlamentar do PS, acrescentando que não se devem esquecer «as preocupações relativas à parceria em matéria de formação e de educação, científica e tecnológica, cultural, no sector

audiovisual, em matéria de ambiente e recursos naturais, bem como da informação e comunicação».

Maria Manuela Augusto não deixou de salientar outros sectores que beneficiariam de boas relações bilaterais entre a União Europeia e o México, como são a administração pública, os transportes, o turismo, a propriedade intelectual, as questões sociais e as relativas à eliminação da pobreza.

Na opinião da deputada socialista, o reforço das relações político-económicas com o México permitirá consolidar o processo da abertura democrática em curso sem esquecer o potencial que este país latino-americano representa enquanto destino de investimentos europeus.

«O presente acordo estabelece os princípios gerais de uma parceria com base na reciprocidade e no interesse comum, consagrando um diálogo político», reafirmou Maria Manuela Augusto, para depois sublinhar a ideia segundo a qual «a aprovação e ratificação do acordo de parceria económica, concertação política e cooperação vem reforçar o papel do nosso país no processo de construção europeia, contribuindo para a plena afirmação de Portugal no mundo, o que se apresenta, hoje em dia, cada vez mais inquestionável».

MJR

DEPUTADO JOAQUIM SARMENTO

Lei Orgânica dos Tribunais

MODERNIZAR E HUMANIZAR A MÁQUINA JUDICIÁRIA



A actual Lei Orgânica dos Tribunais foi aprovada na Assembleia da República há uma década.

Esta é a constatação indiscutível a partir da qual o deputado socialista Joaquim Sarmento formulou, no dia 17, no Parlamento, a sua preocupação com o desfasamento temporal do antigo quadro normativo para as instituições judiciárias e o ritmo histórico das sociedades contemporâneas.

A ideia-chave da intervenção do parlamentar do PS resume-se à necessidade imperiosa de credibilizar, honorabilizar e reforçar o Estado de Direito mediante uma Lei Orgânica dos Tribunais que manifeste uma notória actualização e uma melhoria técnica.

No plenário parlamentar, Joaquim Sarmento não deixou de sublinhar a sua convicção de que a proposta de lei apre-

sentada pelo Executivo constitui «um instrumento jurídico estruturante da administração da justiça», pelo que não deveria ser encarado como «uma arma de arremesso político-partidário».

«A proposta de lei está na sequência de uma consistente actividade legislativa do Governo, o qual tem feito um esforço sério e determinado em melhorar a justiça, humanizando-a, sem deixar de a tornar mais célere e eficaz», reiterou.

Entrando directamente nas propostas preconizadas pelo documento de iniciativa governamental, o deputado do GP/PS considerou que hoje, mais do que nunca, é justo que se reabilitem os Tribunais de Comarca como pilares incontornáveis do tecido judiciário de 1ª Instância, com o regresso ao funcionamento do Tribunais Colectivos, sob a presidência dum juiz de círculo, competente para dirigir as audiências e para profereir as decisões finais.

Tal inovação, segundo Joaquim Sarmento, liberta, por um lado, o maior número de juizes dos Tribunais da Comarca de intervenção como adjuntos nos julgamentos do Tribunal Colectivo e, por outro lado, possibilita que pelo menos dois dos três juizes que integram o colectivo passem a ter bom conhecimento dos autos, ou seja, viabiliza o «reforço da colegialidade».

«Ao reabilitar os Tribunais de Comarca, estamos a prestigiar e responsabilizar os seus juizes e a impedir que se crie na opinião pública a imagem dicotómica de tribunais de 1º categoria (os de círculo) e tribunais de 2º categoria (os de Comarca) e de advogados de 1º (os sediados no Círculo)», explicou o deputado do PS.

Referindo algumas das muitas novidades trazidas a discussão pela proposta de lei governamental, Joaquim Sarmento diz que o GP/PS apreciou a transferência

para a Lei Orgânica dos Tribunais das nomeações dos juizes do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

«Aplaudimos, igualmente, a actualização das alçadas, a nova distribuição de competências pelo plenário do STJ e das secções especializadas», disse, acrescentando que a bancada parlamentar do PS julga positiva a limitação do mandato do presidente do Supremo Tribunal, bem como a criação de bolsas de juizes e de magistrados do Ministério Público «para poder atacar-se uma das causas mais frequentes dos atrasos nos tribunais, a vacatura de lugares».

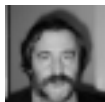
Por último, Joaquim Sarmento sublinhou que «ao prever-se a figura de administrados para os tribunais de grande dimensão, está a caminhar-se, seguramente, para a modernização da máquina judiciária, cada vez mais exigente e que tem que acompanhar o incremento da era informática que nos envolve».

MJR

DEPUTADO JOSÉ SARAIVA

Estatuto do Jornalista

PROPOSTA DO GOVERNO CORRESPONDE ÀS URGÊNCIAS DO NOSSO TEMPO



O deputado do PS e jornalista José Saraiva defendeu no dia 24, na Assembleia da República, a proposta de lei do Governo que altera o Estatuto do Jornalista, um diploma já quase com duas décadas.

«Temos uma rara oportunidade para dotar o jornalismo português de um quadro de referências e de objectivos que sustente uma profissão de que todos nos queixamos, mas de que também nos servimos», disse, salientando que a proposta de lei governamental para um novo Estatuto do Jornalista «recolhe um vasto consenso», porque «clarifica, demarca, distingue e estipula regras e direitos e assinala também mesmo obrigações para os jornalistas».

Uma das inovações do diploma, o princípio matrizador dos «direitos de autor» dos jornalistas, «matéria hoje incontornável face às novas tecnologias, mas não só - e que encontrou já resposta nos Estados-membros da UE e mesmo nos Estados Unidos» é objecto de rasgados elogios de José Saraiva.

O «direito de autor», segundo sublinhou o deputado do PS, «é hoje uma nova luta dos jornalistas tão importante como o inquestionável direito a uma retribuição justa».

Entre as inúmeras virtualidades da proposta do Governo, José Saraiva destacou o alargamento do leque de incompatibilidades de modo a dignificar a actividade.

Assim, sublinhou, «define-se como jornalista os que como ocupação principal, per-

manente remunerada exercem funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação informativa pela imprensa».

José Saraiva referiu ainda que o diploma estabelece «um elenco de incompatibilidades apertado, identificando-se de forma taxativa as funções inconciliáveis com a profissão», nomeadamente as funções de assessoria de imprensa e consultoria em comunicação ou imagem e o exercício de funções de presidente de câmara ou vereador.

Para além de consagrar a tradicional liberdade de acesso às fontes oficiais, um direito de acesso generalizado a locais públicos ou equiparados, assegurado em condições de igualdade, o diploma do Governo condiciona ainda o acesso à profissão, com aproveitamento, de um estágio obrigatório, que variará de acordo com as habilitações literárias.

Quanto às formas de responsabilidade daqueles que entram no exercício dos jornalistas, o deputado do PS salientou que o diploma pune «este atentado à liberdade de informação com prisão até um ano ou com multa até 120 dias, sendo a moldura agravada até dois anos se o infractor for agente ou funcionário do Estado ou de pessoa colectiva pública».

«Atentem nisto os clubes de futebol», acrescentou. De recordar que ainda não há muito tempo muitos profissionais da Comunicação Social, nomeadamente da televisão, eram impedidos de entrar em alguns estádios do País.

J. C. C. B.

DEPUTADO JÚLIO MEIRINHOS

Línguas portuguesas

PARA NÃO DEIXAR MORRER O MIRANDÊS...

«Não é o português a única língua usada em Portugal (...) fala-se aqui também o mirandês.»

Foi com estas palavras do filólogo português José Leite de Vasconcelos que o deputado socialista Júlio Meirinhos principiou, no dia 17, no hemiciclo de São Bento, a sua intervenção a propósito do reconhecimento do mirandês enquanto língua minoritária.

É que para o parlamentar do PS, a língua mirandesa permanece viva e estruturalmente diferenciada dos demais idiomas com os quais convive.

«O mirandês não é uma variedade do português, nem tão-pouco uma variedade do castelhano, mas antes uma sobrevivência histórica dum grupo linguístico peninsular que, em épocas históricas anteriores, conheceu uma importante vitalidade, o asturoleonês», explicou Júlio Meirinhos. Recorde-se que a língua mirandesa é, na actualidade, um código comunicacional que abrange uma área aproximada de 500 quilómetros quadrados.

Situado no Nordeste de Portugal, a sudeste do distrito de Bragança, ao longo da fronteira com Espanha, o mirandês abrange o concelho de Miranda do Douro e uma parte do de Vimioso.

Júlio Meirinhos lembrou que o total de falantes diários de língua mirandesa é aproximadamente de 15 mil.

«Fala-se desde os primórdios da nacionalidade portuguesa, mas este valor é o mais baixo registado desde há pelo menos dos séculos», frisou o deputado do

GP/PS.

Apesar deste contexto cultural que enquadra o surgimento e a sobrevivência do mirandês, o seu declínio manifesta-se vertiginoso, razão pela qual Júlio Meirinhos afirmou, peremptório que «é chegado o momento de inverter o discurso apocalíptico que desde o início do século vem perseguindo esta língua».

«O mirandês tem sido o suporte linguístico para a produção literária de um grupo de autores», referiu o parlamentar, citando António Maria Mourinho.

«É, para além disso, uma língua ensinada, desde 1986, no segundo ciclo do ensino básico, como disciplina optativa durante dois anos», frisou Júlio Meirinhos, acrescentando que «o mirandês é, como todas as línguas naturais, um legado cultural de incomensurável valor».

Esta língua materna integra a cultura de um povo, não só por ser um dos modos como a cultura se exprime, mas sobretudo por constituir um instrumento de comunicação, de identificação e de memória colectiva», reiterou, convicto.

Ao terminar a sua alocução, o deputado socialista deixou claramente expresso que a Administração não pode demitir-se da responsabilidade histórica de preservar o mirandês enquanto compromisso cultural e patrimonial irrecusável.

Júlio Meirinhos despediu-se em mirandês: «Hoje recebi bida nuóba (...) A la par de l Pertués, a partir de hoje, yé lhuç de Miranda, lhuç de Pertual».

MJR

ALEMANHA

Eleições

SPD REGRESSA AO PODER E PÕE FIM À ERA KOHL

A Europa está mais à esquerda. Um vento de mudança varre o Velho Continente. Governos conservadores são substituídos por Governos socialistas. No passado domingo, os alemães optaram pela mudança sobre a continuidade e deram a vitória ao SPD de Gerhard Schroeder nas eleições para o Bundestag, pondo fim a 16 anos de era Helmut Kohl. Em perspectiva uma coligação vermelha-verde.

Nas eleições marcadas por uma forte participação (80 por cento), o SPD conseguiu 40,9 por cento dos votos, a CDU/CSU 35,1, Os Verdes 6,7, os Liberais 6,5 e o PDS (ex-comunistas) 5,3.

Na noite de domingo, na sede do SPD, em Bona, Schroeder acompanhado pela mulher, Doris, e por Oskar Lafontaine, presidente do partido, dirigindo-se a milhares de apoiantes que celebravam a vitória que lhes era negada há quatro eleições consecutivas, afirmou que a sua principal tarefa será «combater o flagelo do desemprego» (há quatro milhões de



desempregados) e também «firmar a unidade interna da Alemanha, depois da reunificação». O futuro chanceler manifestou o seu res-

peito pelo trabalho desenvolvido por Helmut Kohl. Em seguida, lembrou os dois anteriores chefes de Governo sociais-democratas Willy Brandt e Helmut

Schmidt, figuras incontornáveis do socialismo europeu, e a política de reformas por eles praticada, que disse estar disposto a prosseguir.

Schroeder, de 54 anos, conhecido pelo seu pragmatismo, prometeu que o seu Governo, além de combater o desemprego, cuidará da estabilidade económica, da segurança interna e da continuidade da política externa alemã.

Entretanto, depois da alegria da vitória, a hora é de negociações com vista à formação de um novo Governo.

Assim, amanhã, Gerhard Schroeder, futuro chanceler da Alemanha, inicia as negociações com os Verdes.

Saliando em conferência de Imprensa, ser «necessário, antes de mais, uma sólida maioria no Bundestag sem a ajuda dos comunistas renovados» do PDS, Schroeder disse esperar das negociações com os Verdes «um resultado racional, satisfazendo três pontos: estabilidade económica, segurança interna e continuidade da política externa».

A decisão de negociar com os Verdes foi aprovada pelo PSD, que se fará representar na reunião de amanhã pelo seu presidente, Oskar Lafontaine.

J. C. C. B.

Reacções

Guterres O primeiro-ministro, António Guterres, felicitou Gerhard Schroeder pela vitória nas eleições e formulou votos que o novo Governo alemão, «seja qual for a configuração política que vier a ter no parlamento nacional, seja um factor importante de aprofundamento da UE, numa perspectiva de solidariedade, de democracia e de participação cada vez mais intensa na vida mundial».

Clinton O Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton, apresentou os seus «parabéns mais sinceros a Gerhard Schroeder».

«Ele e eu tivemos boas discussões esta Primavera em Berlim e este Verão em Washington. Desejo trabalhar em proximidade com ele. A Alemanha é um dos mais próximos aliados da América. Como sempre, os nossos dois governos estarão completamente empenhados numa agenda política detalhada.»

Jospin Lionel Jospin, primeiro-ministro francês, enviou as suas «vivas felicitações» a Gerhard Schroeder e ao SPD pela vitória nas eleições na Alemanha.

Num comunicado emitido pelo seu gabinete, Jospin refere que estes resultados mostram «o desejo profundo dos cidadãos alemães de construir uma sociedade que se preocupa mais com o emprego e a justiça social».

Também o presidente do SPD, Oskar Lafontaine, foi felicitado pelo primeiro-ministro da França.

Blair O primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, saudou o «formidável triunfo» do líder social-democrata alemão. «O resultado desta eleição é um triunfo formidável para Schroeder, permitindo que a França, a Alemanha e o Reino Unido tenham Governos que partilham a mesma perspectiva... tudo faremos para criar uma Europa que seja próspera, competitiva economicamente, e assegurando um alto nível de justiça social», disse Tony Blair em Blackpool (Nordeste de Inglaterra) onde se realiza o Congresso anual do seu partido.

Klima O chanceler austríaco, Viktor Klima, felicitou o líder social-democrata germânico pela sua vitória eleitoral que considerou «um êxito para a Europa do emprego, para uma Europa de maior justiça social e para a Europa da social-democracia».

Persson O primeiro-ministro da Suécia, Goeren Persson, afirmou-se «feliz e surpreendido» pela «vasta vitória» de Schroeder, futuro chanceler da Alemanha. Para Persson, esta mudança na Alemanha vai no mesmo sentido da mudança na França e no Reino Unido.

Green Pauline Green, líder do grupo socialista, felicitou também Schroeder. Segundo a trabalhista britânica Green, a vitória de Schroeder «conduzirá a uma nova fase na cooperação europeia».

«Os primeiros resultados são bastantes felizes», afirma Green num comunicado publicado em Bruxelas.

O SPD volta de novo ao poder após um longo jejum de 16 anos. Nas eleições do passado domingo o social-democrata Gerhard Schroeder vence Helmut Kohl, o democrata-cristão que no já longínquo ano de 1982 se tornou chanceler.

A mudança de poder há 16 anos fez cair o mais antigo e o maior partido alemão, com 800 mil militantes, numa crise profunda, depois de o seu parceiro de coligação, o FDP (liberais), ter abandonado o Governo para se colocar ao lado de Helmut Kohl, na sequência das divergências em torno do projecto de Orçamento de Estado. Foi o fim de uma era.

Em 1966, a CDU/CSU tinha formado governo com o SPD, na Grande Coligação, e o carismático Willy Brandt foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Três anos depois, SPD e FDP aliaram-se e remeteram os democrata-cristãos para a oposição, após uma hegemonia de 20 anos.

Willy Brandt, o novo chanceler, conduziu o país numa nova direcção, e a sua abertura aos países de Leste, a famosa «Ostpolitik», contribuiu para a recuperação do prestígio da Alemanha no plano internacional.

Helmut Schmidt, o sucessor de Brandt, conduziu a Alemanha com mão firme através da crise interna desencadeada pelo terrorismo, ao mesmo tempo que tentava imunizar o país contra a crise económica internacional devido ao choque petrolífero.

Enérgico, frio, Schmidt provou que o SPD também sabia governar com rigor, mas



afastou-se das bases do partido.

Sem os laços unificadores do poder, após a queda de Schmidt o SPD enfraquecia.

Quatro candidatos a chanceler foram derrotados em sucessivas eleições por Helmut Kohl, um adversário que continuava a ser subestimado.

Só após a eleição de Oskar Lafontaine para secretário-geral, em 1995, os sociais-democratas puseram termo às suas querelas internas, começando a surgir como uma oposição em bloco, capaz de seguir uma via comum.

No programa com que se apresentou ao eleitorado germânico, o SPD promete modernizar a economia, criar emprego e preparar o país para o desafio da globalização dos mercados.

Mas diz que pretende, ao mesmo tempo, cuidar mais da justiça social, que, em sua opinião, foi desprezada nos 16 anos de governo de Helmut Kohl.

COMÉRCIO

Governo avalia

FUNDOS DE PENSÕES PARA COMERCIANTES MAIS VELHOS

O secretário de Estado do Comércio admitiu, no passado dia 24, em Arcos de Valdevez, a possibilidade de serem criados «fundos de pensões para os comerciantes mais velhos», em conjunto com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. «Nós sabemos que os comerciantes têm uma reforma muito pequena», referiu na passada quinta-feira Osvaldo Castro, destacando que «a resolução deste problema passaria pela criação de fundos de pensões e de solidariedade para os comerciantes que queiram retirar-se voluntariamente da actividade comercial». Osvaldo Castro falava na cerimónia de apresentação pública do Projecto Especial de Urbanismo Comercial de Arcos de Valdevez, promovido pela Câmara Municipal e pela Associação Comercial e Industrial de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (ACIAB). A tipologia do investimento previsto será, essencialmente, em intervenções no interior dos estabelecimentos dos comerciantes, ou seja, na decoração, iluminação, mobiliário, expositores e montra. Em Arcos de Valdevez, num universo de 219 estabelecimentos comerciais elegíveis, 150 manifestaram intenções de se



candidatar, implicando o conjunto das intervenções um investimento de dois milhões de contos. Na sua intervenção, Osvaldo Castro refe-

ri que «Portugal é o único país da Europa com um programa de apoio ao comércio, contando actualmente com 128 projectos de urbanismo comercial, dos quais 30 em

fase de candidatura e 68 já mais adiantados». «Embora haja projectos de urbanismo comercial distribuídos por todo o País, os mais adiantados encontram-se no litoral norte», salientou o secretário de Estado, acrescentando que aquela região «caracteriza-se por um dinamismo económico mais acentuado».

O governante destacou ainda a necessidade das câmaras municipais se «associarem a esta iniciativa, apoiando o desenvolvimento comercial através de investimentos nos espaços exteriores, nomeadamente na melhoria do mobiliário urbano e no estacionamento».

Na sua deslocação ao Vale do Lima, Osvaldo Castro presidiu também à cerimónia de apresentação pública do Projecto de Urbanismo Comercial de Ponte da Barca, promovido pela Câmara Municipal e pela ACIAB, e que, apesar de ter sido desenvolvido em simultâneo e de forma articulada com o de Arcos de Valdevez, é totalmente autónomo.

Relativamente a Ponte da Barca, num universo de 130 estabelecimentos comerciais elegíveis, 39 manifestaram a intenção de se candidatar, sendo a previsão de investimento total de cerca de 450 mil contos.

ECONOMIA

Importância do turismo

TRANQUILIDADE NA VIRAGEM DO SÉCULO

O primeiro-ministro, António Guterres, considerou o turismo como um vector «estratégico e fundamental para o desenvolvimento futuro do País», no dia 27, em Faro. «A minha presença nas comemorações do Dia Mundial do Turismo visa demonstrar o reconhecimento e a aposta do Governo num sector tão importante e fundamental para a economia portuguesa como é o turismo», disse Guterres. Um reconhecimento e uma aposta que, segundo o primeiro-ministro, «faz todo o sentido» por se tratar de uma das principais actividades económicas a nível mundial e de grande importância para Portugal. Falando para uma assistência essencialmente formada por agentes ligados ao sector, António Guterres apelou à inovação e à criatividade no turismo, tendo em vista «encontrar com tranquilidade a viragem do século». «A qualidade global do País, em que se inclui a actividade turística, deve ser encarada como um dos grandes desafios qualitativos do virar do milénio», disse o chefe do Executivo socialista. Guterres convidou o País a «romper com

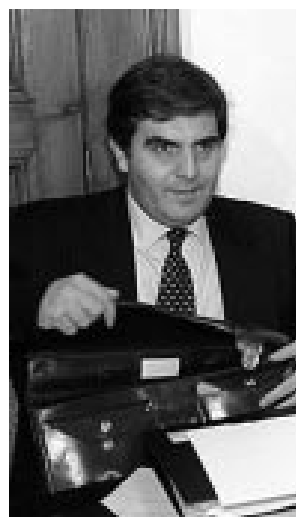
os atrasos tradicionais em relação ao resto da Europa no plano da qualidade aos mais variados níveis». E isto porque, segundo sublinhou, «temos capacidade para responder a este desafio», dando como exemplo a realização da Expo'98, em Portugal. Assim, e no que toca ao conceito de qualidade no turismo, António Guterres defendeu a diversidade da oferta que, para além do tradicional «sol e praia», deve assentar nas vertentes do património, do desporto, da natureza e dos congressos e grandes eventos mundiais. Para isso, conforme afirmou, o sector tem que ter em conta dois conceitos essenciais que tem a ver com a parceria (agentes e Governo) e a descentralização. Na opinião de Guterres, os problemas do turismo têm que ser resolvidos em conjunto e a escala regional «pois melhor do ninguém são os agentes locais que sabem o que de melhor querem para o sector». Assim, e para além do produto turístico de âmbito nacional, o primeiro-ministro defendeu a oferta turística regional, cabendo a cada região «promover» o que melhor existe localmente.

ECONOMIA

Pina Moura defende

INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

O ministro da Economia, Pina Moura, defendeu no dia 24, em Matosinhos, que a aposta das empresas portuguesas na internacionalização deve ser de «longo prazo» e «não uma política que flutue ao ritmo dos mercados de capitais». «Não devemos ser - nem o Governo, nem os empresários portugueses - investidores nómadas, que chegam para investir hoje e partir amanhã, levantando ferro às primeiras dificuldades», disse. Pina Moura, que falava durante a sessão de encerramento do seminário «Competitividade e comércio internacional: como fazer negócio em mercados não europeus», uma iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, reafirmou a continuação do forte apoio do Governo à intensificação das relações das empresas portuguesas com o exterior. Defendendo a internacionalização das empresas como «condição da sua modernização e afirmação competitiva», o titular da pasta da Economia salientou o salto dado pelo investimento directo de Portugal no estrangeiro, que considerou como «um sinal de que a economia portuguesa está mais moderna e competitiva». J. C. B.



PORTUGAL REFORÇA PRESENÇA NA NATO

A participação de Portugal na nova estrutura de comandos da NATO vai ter uma «maior amplitude» do que a que tem actualmente, passando de dez para 26 o número de lugares a preencher por militares portugueses.

O anúncio foi feito, no passado dia 24, pelo ministro Veiga Simão, em Vilamoura, no final dos trabalhos do primeiro dia da reunião informal dos ministros da Defesa da NATO, em que foi discutido o processo de adaptação interna da Aliança.

Veiga Simão também exprimiu a vontade de maximizar as capacidades do quartel-general da NATO, sediado em Oeiras, no que respeita à condução de operações militares das Forças Combinadas Multinacionais (CJTF), para responder em particular aos desafios de segurança nas áreas do Mediterrâneo e do Atlântico Sul. Noutro âmbito, Portugal defendeu a necessidade de «obter progressos rápidos» na criação de mecanismos para consulta e troca de informação entre a NATO e a UE.

Na sua intervenção, o ministro da Defesa Nacional acentuou a importância dos «problemas de interoperabilidade» entre os aliados.

Fazer progressos nas áreas do comando, controlo, comunicações, computação e informação (C4I) «é essencial para preservar a capacidade das nossas forças em operar em conjunto com eficiência», sustentou Veiga Simão.

O governante frisou que a implementação da nova estrutura de comandos deve iniciar-se o mais tardar até à Primavera de 1999, apesar de existirem ainda «assuntos-chave» a resolver que exigem «responsabilidade e cooperação» entre os aliados para «encontrar soluções».



Nesse sentido, Veiga Simão lembrou «a flexibilidade» mostrada pelo nosso país em matéria de reajustamento de fronteiras entre os comandos aliados na Península Ibérica (exigido com a criação de um quartel-general sub-regional em Madrid), bem como no preenchimento de cargos de topo

da estrutura militar em função das nacionalidades.

O ministro da Defesa assinalou ainda a «grande importância» que Portugal atribui ao reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa no seio da NATO, bem como à cooperação entre a Aliança e a

UEO.

Veiga Simão adiantou que o exercício conjunto NATO/UEO que vai realizar-se no primeiro semestre do ano 2000 - chamado CMX/CRISEX - «constituirá um teste real» aos mecanismos e procedimentos desenvolvidos entre as duas organizações.

SAMPAIO COM MENSAGEM DE SOLIDARIEDADE E ESPERANÇA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, terminou no dia 23 os quatro dias de Presidência Aberta no distrito de Beja, marcada pelos seus constantes apelos ao voto no referendo sobre a regionalização e pelo tema da agricultura.

Ao longo da sua visita ao Alentejo, Jorge Sampaio, que foi sempre alvo de calorosas recepções das populações, passou em diversas ocasiões uma mensagem de solidariedade e esperança, numa região marcada pela desertificação, fruto do ostracismo a que foi votada, nomeadamente durante os dez anos do Governo PSD. Jorge Sampaio concluiu o seu périplo por terras alentejanas encontrando-se ainda,

durante um pequeno-almoço em Beja, com os vários presidentes das Câmaras Municipais do distrito e depois com os agentes económicos e sociais.

Mas a regionalização e a agricultura foram, sem dúvida, os temas dominantes da visita do chefe de Estado.

No que respeita à regionalização, Jorge Sampaio apelou, em todos os locais em que discursou, para «uma grande participação» da população, «qualquer que seja a posição» no referendo de 8 de Novembro.

Em Castro Verde, onde foi alvo de uma entusiástica recepção, Jorge Sampaio, num tom mais popular, afirmou: «Esta é a consulta mais directa e, por isso, o importante é quando o senhor Silva ou a D.

Pulquéria, ou outro nome que queiram dar-lhes, manifestem a sua posição.»

Quanto à agricultura, o Presidente Sampaio realçou a importância dos «homens que trabalham a terra» e solidarizou-se com os problemas que enfrentam, apesar de lhes pedir paciência enquanto aguardam respostas do Governo.

«Não é com gritarias nem alarmismos que os problemas se resolvem. É preciso paciência e olhar em frente com esperança, sem ceder ao fatalismo», afirmou.

As minas de Neves Corvo, onde quis ver como é trabalhar a 400 metros de profundidade, o euro e as negociações da nova Política Agrícola Comum (PAC), bem como a pujante vida cultural do distrito e os pro-

jectos inerentes à barragem de Alqueva foram outros dos assuntos em destaque na visita de Jorge Sampaio.

Uma presidência aberta destinada a contactar mais de perto com os problemas e virtudes de um distrito que o presidente considerou ter sofrido «um enorme desenvolvimento nos últimos anos», apesar de reconhecer que no Alentejo «as assimetrias são mais visíveis do que noutras zonas».

Numa mensagem de esperança, Jorge Sampaio falou ainda de projectos como o porto de Sines, a barragem de Alqueva, a Base Aérea de Beja e as minas de Neves Corvo que podem trazer o tão ambicionado desenvolvimento sustentado ao Alentejo

J. C. C. B.

SÁUDE

Maria de Belém garante

MINISTÉRIO CERTIFICARÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS

O Ministério da Saúde está a desenvolver um sistema de reconhecimento dos níveis de qualidade dos processos utilizados pelos serviços de saúde em todo o País, revelou, no dia 23, em Leiria, a ministra Maria de Belém Roseira. Os serviços «vão ter, em função do desenvolvimento daquilo que é um processo de garantia de qualidade, um reconhecimento por parte do Ministério da Saúde», disse a governante, acrescentando que o «selo» a atribuir «assegura estarem a ser cumpridas todas as normas relativas à qualidade na prestação dos cuidados de saúde específicos dos serviços em causa». Sublinhando que a procura da qualidade na saúde é um dos objectivos do sector na viragem do século, Maria de Belém apelou «ao envolvimento dos profissionais», por forma a serem atingidos os padrões exigidos pelos utentes. Não apontando datas para a entrada em vigor do regulamento que reconhecerá a qualidade dos serviços e instituições de saúde a partir do próprio Ministério, a governante disse que caberá a cada instituição por si, regionalmente, procurar atingir os níveis de qualidade desejáveis. Maria de Belém falava no final da cerimónia de entrega ao serviço de sangue do Hos-



pital de Santo André, em Leiria, do certificado de qualidade na área da Medicina Transfusional, segundo a norma ISO 9002, atribuído pelo Bureau Veritas Quality International. Trata-se do primeiro serviço de saúde certificado em Portugal, o que levou o director clínico do hospital, Ricardo Costa - também responsável pelo serviço de sangue -, a regozijar-se pelo facto de, apesar da transusão «gozar de uma reputação temível

entre a população, quando executada por pessoal treinado segundo técnicas provadas, tem uma maior segurança e inoquidade do que alguns efeitos secundários de medicamentos de venda livre como, por exemplo, a aspirina». Na ocasião, Ricardo Costa defendeu a «normalização» da prática transfusional em Portugal, a par de uma «gestão concertada do sangue, de modo a que não se desperdice sangue bom aqui, quando pode-

ria ter sido utilizado ali».

Maria de Belém aplaudiu o esforço dos elementos da equipa do serviço de sangue do Hospital de Leiria, apelando a que objectivos idênticos «sejam assumidos pelas administrações de todas as instituições de saúde» do País.

À saída, a ministra foi confrontada com as notícias que apontam para a necessidade de um orçamento rectificativo no Ministério, afirmando que tal não está confirmado, sendo «ainda muito prematuro falar disso», estando o assunto a ser tratado «em articulação com o Ministério das Finanças». Quanto à greve dos médicos, em regime de «self-services», a titular da pasta da Saúde disse que o pré-aviso foi feito «dentro dos parâmetros da normalidade, mas se a prática vier a demonstrar que não está a ser adequadamente utilizado o pré-aviso, em relação aos seus objectivos, o Ministério tomará medidas».

De Leiria, a ministra seguiu para Castanheira de Pera, onde inaugurou o novo centro de saúde, estrutura orçada em mais de 360 mil contos e que servirá um universo de utentes superior a quatro mil. A meio da tarde, em Porto de Mós, foi inaugurado outro centro de saúde, orçado em 246 mil contos, destinado a servir mais de seis mil utentes.

GUTERRES

Porto/2001

GARANTIDA REQUALIFICAÇÃO URBANA

O primeiro-ministro, António Guterres, garantiu, no dia 28, no Porto, que a requalificação urbana da cidade será um dos «projectos estruturantes» do III Quadro Comunitário de Apoio, defendendo a «mobilização das energias do País nos próximos anos». «O Porto deve ser visto como o motor de uma área que ultrapassa as fronteiras nacionais», salientou o chefe de Governo, numa referência ao papel da cidade no Noroeste Peninsular. Guterres falava aos jornalistas no final de uma reunião com a Comissão Instaladora da sociedade que vai gerir a Capital Europeia da Cultura, que o Porto recebe no ano 2001. «Este não é um projecto do Porto, mas de dimensão nacional», frisou o primeiro-ministro, acrescentando que as iniciativas a concretizar «não se devem esgotar em 2001», de forma a «garantir que o Porto seja permanentemente uma capital da cultura». Para Guterres, a realização da Capital Europeia da Cultura no Porto deverá servir para «promover a intensificação do programa de reabilitação urbana», para o qual o Governo pretende apresentar candidatura para o financiamento pelo III Quadro Comunitário de Apoio.



A forma como será promovida a «intensificação» do programa de reabilitação urbana da «Cidade Invicta» não foi, no entanto, especificada nem pelo primeiro-ministro nem pelo futuro presidente da sociedade «Porto/2001», Artur Santos Silva. «Temos como objectivo estratégico fazer o Porto conquistar o século XXI o lugar que teve no século XIX e que, por várias razões, perdeu durante o século XX», frisou Santos Silva, garantindo que a realização da Capital Europeia da Cultura «será um excelente texto».

EQUIPAMENTO

Transporte marítimo de curta distância

ROMPER A TEIA BUROCRÁTICA

O Governo está empenhado em relançar o Transporte Marítimo de Curta Distância devido à sua importância no contexto do comércio internacional, afirmou, no dia 23, o secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Consiglieri Pedrosa, que falava na sessão de encerramento de um seminário subordinado ao tema «Transporte Marítimo de Curta Distância», em Lisboa, realçou que o objectivo deste Executivo é «deixar ficar os alicerces» para a operacionalidade do sector marítimo e portuário, mesmo não sendo o seu papel o mais importante devido à imprevisibilidade dos ciclos políticos. «Nós somos um País periférico em relação à Europa, mas estamos no centro do mundo. Com esta posição ligada à nossa cultura histórica, só não relançamos o sector se não houver determinação», disse Consiglieri Pedrosa, explicando que, para isso, é necessário conjugar os esforços do Governo, armadores, agentes privados e cidadãos em geral. O secretário de Estado referiu a organização do porto de Roterdão (Holanda) como exemplo de um bom aproveitamento das potencialidades do Transporte Marítimo de

Curta Distância, que tem uma extrema importância para o desenvolvimento do sector marítimo e da Marinha Mercante portuguesas, estando prevista uma mesa redonda com responsáveis dos dois países, a realizar este mês ou em Novembro. O Transporte Marítimo de Curta Distância, que se processa nas redes intracomunitárias e garante um serviço porta-a-porta, implica baixos custos tanto ao nível de infra-estruturas como no que toca ao consumo de energia, tendo também repercussões pouco significativas num plano ecológico, quando comparado com o transporte rodoviário. Contudo, a inadequação das ligações entre os portos e as regiões interiores, os procedimentos administrativos e aduaneiros (mais complicados que os rodoviários), o insuficiente equipamento de carga e descarga de alguns navios e a deficiente integração deste tipo de transporte na cadeia logística, tornam difícil as entregas porta-a-porta e o cumprimento de prazos. «Há uma teia burocrática que prejudica o bom funcionamento do Transporte Marítimo de Curta Distância», explicou José Luís Forte, director-geral dos Portos, em declarações à Comunicação Social.

UNESCO

Federico Mayor na Expo

«A FORÇA DA PALAVRA»

De visita a Portugal por ocasião do Dia Nacional da UNESCO na Expo'98 (27 de Setembro último), o director-geral, Federico Mayor, anunciou a criação, em Lisboa, do primeiro gabinete da Comissão Oceanográfica da organização a criar fora da sede, em Paris.

Considerando Portugal «um país fabuloso», Mayor, de 64 anos de idade, disse ser «claro como água» o êxito da candidatura do Vale do Côa a Património Mundial, cuja aprovação é aguardada para o próximo mês de Dezembro.

Referindo-se às pinturas rupestres do Côa - que já visitou pessoalmente - como «algo de fantástico e impressionante», qualificou a decisão de suspensão das obras da barragem como «um exemplo a seguir a nível mundial».

«Eu tiro o chapéu ao Governo português. O que aconteceu no Côa é a prova de que, havendo vontade, há solução para tudo», sublinhou, convicto.

Mas não é apenas no âmbito da política de protecção do património cultural nacional e mundial que as perspectivas de



Federico Mayor coincide com o panorama político desenhado e procurado pelo Executivo socialista de António

Guterres.

Em entrevista à Agência Lusa, sábado em Lisboa, o director-geral da UNESCO desde 1987 defendeu «a força da palavra», ou seja, o diálogo, na busca de «novos aliados» para a construção de um mundo melhor.

Sem medo da «utopia», Mayor atesta que quando se sonha, deve sonhar-se alto, o mais alto que se puder.

Na opinião do director-geral da UNESCO, é preciso acreditar. «Conquistar aliados» é o passo seguinte - junto dos governantes, dos políticos, do cidadão comum e da Comunicação Social. A ideia é transformar o novo século numa espécie de «segunda oportunidade» para provar que a paz à escala planetária pode não ser impossível.

«O desenvolvimento económico é necessário, mas não é suficiente», disse Federico Mayor, acrescentando que «os políticos têm que mudar». E essa mudança passa, nomeadamente, pelo investimento na educação, em particular na educação permanente, a única que permite «incluir os excluídos».

Convidado a enumerar os maiores flagelos do tempo em que vivemos, não hesitou em dar a primazia à «falta de valores, falta de acesso à educação e violência».

Defende a cultura como um conceito fundamental, perspectivado muito além das noções de estética e belas-artses.

«A cultura espelha-se no nosso comportamento quotidiano, é o que existe de único em cada ser humano», disse

Sobre os avanços da ciência, mostra-se tranquilo. O conhecimento humano é sempre positivo. A sua aplicação pode ou não sê-lo. Mas, uma vez mais, é preciso pôr os olhos nos «exemplos bons», que são também muitos.

Para terminar, Mayor frisou: «Todos temos uma grande responsabilidade neste fim de século. Basta de guerra, basta de pobreza. A Humanidade tem que se tornar solidária, intelectual e moralmente. É urgente que se avance para uma grande mobilização em prol da paz.»

Com este objectivo no horizonte, a UNESCO declarou o ano 2000 «Ano Internacional da Cultura de Paz».

EXPO'98

Na 20ª deslocação ao recinto

A VIAGEM VIRTUAL DE SAMPAIO

O Presidente da República «desceu», na passada quinta-feira, às profundezas dos Oceanos e, numa «turbulenta» viagem virtual através do tempo, passou da Lisboa de 98 para a Hanôver de 2000, antecipando uma visão da próxima Exposição Mundial, a primeira do próximo milénio.

Não se tratou de mais uma realização da ficção científica. Jorge Sampaio, de regresso à Expo'98 pela 20ª vez, esteve no Pavilhão da Alemanha e, como qualquer visitante, pôde «descer» os simulados cem andares da estação marítima «Oceanis» e embarcar num misto de submarino e nave espacial que, após um passeio pelo fundo do mar, sobrevoou Lisboa e, atravessando da barreira temporal, chegou à Exposição Mundial de Hanôver, no ano 2000.

O chefe de Estado, acompanhado pelo filho André, escolheu o dia nacional da Guiné-Bissau para visitar os pavilhões da Ucrânia, Alemanha, França, Polónia e Marrocos, países onde esteve este ano em deslocações oficiais, e desta forma retribuir a hospitalidade com que foi recebido e «dar um abraço de solidariedade por tudo aquilo que tem sido um conjunto de relações bilaterais importantes».

Deslocou-se ainda ao Pavilhão do Conselho da Europa onde apreciou uma exposição do Concurso de Desenho sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, outra da Assistência Médica Internacional (AMI) e outra ainda de fotografias de



Emmanuel Goulliart sobre «As Mulheres dos Pescadores», bem como caricaturas de Pedro Palma.

Sampaio foi um visitante interessado, ouvindo todas as explicações que lhe foram transmitidas sobre as exposições e, no percurso entre pavilhões, foi por diversas vezes aplaudido entusiasticamente pelo público, que não perdeu uma única oportunidade para cumprimentar o Presidente. No final da visita ao Pavilhão do Conselho da Europa e fazendo um balanço das suas impressões sobre a Expo, Jorge Sampaio destacou o dinamismo e a capacidade organizativa dos portugueses.

Lembrou que, enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sempre se bateu por esta localização para a Expo, e considerou que foi uma «aposta excelente», pois «revigorou por completo uma parte da cidade e uma região anteriormente degradada».

O Presidente afirmou que a exposição foi «importante para chamar a atenção para Portugal» e realçou que tem recebido muitos elogios sobre a Expo'98 de numerosos chefes de Estado estrangeiros.

«A Expo teve efeitos directos e indirectos muito mais vastos do que à primeira vista poderia parecer e foi importante também do ponto de vista interno e da nossa capacidade de intervenção, porque fazer a prazo uma obra destas é algo que nem sempre se verifica em Portugal em matéria de obras públicas», afirmou.



Abrantes

Parque Radical

Encontra-se aberto concurso público para a execução da empreitada do Parque Radical de Abrantes.

Esta obra consagra os trabalhos de movimentação de terras, drenagens de águas pluviais, pavimentação em material sintético e de massa asfáltica e electrificação.

O Parque Radical é mais uma acção da autarquia, no sentido da concretização de infra-estruturas capazes para o seguimento de uma corrente polifónica de juventude, ao mesmo tempo que se reabilita o património histórico-arquitectónico da cidade.

Albufeira

II Concurso de Fado Amador

A Câmara Municipal de Albufeira, após o êxito alcançado na edição do ano passado, vai organizar em Outubro e Novembro o II Concurso de Fado Amador «Cidade de Albufeira».

Com esta iniciativa, a autarquia pretende, para além de dinamizar a vida cultural do concelho, criar condições par o surgimento de novos valores.

O concurso está aberto à participação de todos os amantes deste género musical, os quais deverão proceder à sua inscrição nos oito dias anteriores a cada eliminação, nos serviços culturais da Câmara.

Amadora

Torneio de Atletismo

A Câmara Municipal da Amadora aprovou a realização da 14ª edição do Torneio das Freguesias de Atletismo, mas alterou a sua designação para Torneio de Atletismo Cidade da Amadora.



Por outro lado, a autarquia autorizou a adjudicação de um concurso público para o fornecimento e montagem da instalação de um sistema de detecção e alarme de incêndio no estaleiro municipal.

Aveiro

Protocolo de desenvolvimento desportivo

O presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Alberto Souto de Miranda, assinou em Lisboa o protocolo de desenvolvimento desportivo, no âmbito da candidatura ao Europeu de 2004.

O protocolo tem como objectivo a construção de um estádio de 30 mil lugares sentados, cuja construção será comparticipada em 1,5 milhões de contos pelo Instituto Nacional do Desporto.

Cascais

Câmara assinala rentrée escolar

A Câmara Municipal de Cascais assinalou no dia 27 a «rentrée» escolar com um conjunto de espectáculos infantis de marionetas, magia e música.

Assim, de manhã, no Parque Morais, na Parede, actuou Carlos Vidal/Avô Cantigas, e no Jardim Júlio Moreira, em Carcavelos, houve um espectáculo de magia, jogos, fantasia e música.



À tarde, a partir das 16 horas, no Parque Infantil do Bairro Municipal em Trajouce, actuou o mágico Damião, e o Bairro Social de Alcoitão serviu de palco para o espectáculo do mestre Filipe e as suas marionetas.

Geminação com Biarritz

O «maire» da Câmara Municipal de Biarritz e senador, Didier Borotra, um decano do poder autárquico em França, realizou de 23 a 26 de Setembro uma visita de trabalho ao município de Cascais.

Esta visita realizou-se no âmbito dos acordos de geminação entre os dois municípios, em vigor desde 1989, um dos mais antigos processos de geminação entre autarquias portuguesas e estrangeiras.

Os acordos de geminação entre Biarritz e Cascais têm-se fortalecido com a colaboração em actividades culturais, turismo e juventude.

O Clube «Jóias do Turismo Europeu», do qual Biarritz e Cascais são membros fundadores, tem sido um espaço privilegiado de colaboração entre estas autarquias.

Ferreira do Alentejo

Informação Municipal na Internet

O nº 0 da Informação Municipal da Câmara de Ferreira do Alentejo já está disponível na Internet.

O endereço é: <http://www.terravista.pt/MeiaPraia/1603/InfoMunicipal.html>.

Miranda do Corvo

VII Feira do Mel

A Câmara Municipal de Miranda do Corvo realizou no passado dia 20 de Setembro a VII Feira do Mel, no Mercado Municipal, na Praça da Liberdade, que registou uma enorme afluência do público.

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, que procedeu à inauguração do certame, visitou os apicultores e esteve presente numa prova do mel no stand da autarquia.



Entretanto, continua em aberto a situação que a Câmara de Miranda do Corvo tem vindo a defender da criação de uma Feira Regional que permitisse a divulgação nacional do mel, dado que são muitos os concelhos da região que o produzem com muita qualidade, ou em sua substituição uma feira dos concelhos que compõem a região demarcada do mel da serra da Lousã.

Porto

Dia Mundial do Turismo

A Câmara Municipal do Porto assinalou o Dia Mundial do Turismo com uma série de iniciativas que visaram proporcionar um dia diferente aos numerosos turistas que visitam a cidade.

Entrada gratuita nos museus da autarquia, visitas guiadas à cidade, oferta de material promocional, bem como de um cálice de vinho do Porto foram algumas das iniciativas promovidas pela autarquia no passado dia 27.

Povoação

Inaugurada estrada da Lomba do Loução

O presidente do Governo Regional dos Açores, o socialista Carlos César, inaugurou no passado domingo, dia 27, a nova estrada

da Lomba do Loução, de ligação entre aquela Lomba e a vila da Povoação.

A obra, da responsabilidade da Câmara Municipal da Povoação, custou cerca de 68 mil contos, incluindo os custos do projecto, das expropriações e da fiscalização, tendo sido comparticipada pelo Governo Regional e pela União Europeia.

Este empreendimento vem melhorar a fluidez do trânsito pesado, nomeadamente dos autocarros que antes só com muita dificuldade e excepcionalmente se deslocavam à Lomba do Loução.

Sintra

II Festa da Maçã Raineta

A Câmara Municipal de Sintra, no âmbito do projecto de animação em mercados municipais, assinalou o 5º aniversário do mercado do Mucifal, promovendo, no dia 26, a II Festa da Maçã Raineta.

O programa de animação teve início de manhã com a actuação do Rancho Folclórico do Centro de Recreio Popular e Cultura Musical de D. Maria. Durante toda a manhã houve exposições de maçãs rainetas por parte de alguns produtores, aos quais foram entregues prémios.

Esteve igualmente patente uma exposição de artesanato de Ana Vaz, artesã do concelho de Sintra, com trabalhos em marfinita e pintura em tecidos.

O objectivo de iniciativas como esta é o de dinamizar os mercados, criando um ambiente que já não se encontra noutros estabelecimentos comerciais, apoiando, em simultâneo, as associações recreativas e culturais do concelho.

Vila Real de S. António

Regata Internacional de Canoagem

O espelho do rio Guadiana, frente a Vila Real de S. António, será o ponto de partida para a VI Regata Internacional de Canoagem, uma prova já tradicional no calendário da modalidade.



A edição deste ano está agendada para o dia 18 de Outubro, e é uma organização da Associação Naval do Guadiana e do Clube Náutico de Ayamonte, contando com o patrocínio das Câmaras de Vila Real de S. António e Alcoutim e dos Ayuntamientos espanhóis de Ayamonte e San Lucar del Guadiana.

GUTERRES CRITICA AGRESSIVIDADE DA ALIANÇA DE DIREITA

O secretário-geral do PS, António Guterres, criticou no dia 26, em Viana do Castelo, a «aliança de direita», por dizer que «a regionalização é uma fraude», que vai rasgar o País em oito.

«Como se alguma vez permitíssemos que o nosso país, com oito séculos de história, fosse rasgado seja por quem for», frisou o camarada António Guterres, no encerramento do I Congresso da Região de Entre Douro e Minho, organizado pelas federações distritais do PS de Viana do Castelo, Braga e Porto.

O líder socialista realçou que o seu partido deu uma «lição» aos que são «movidos pela ambição do poder», dado que defende a regionalização quando está no poder.

António Guterres apelou aos socialistas para que sejam «fiéis à verdade e à pedagogia, à moderação e à tolerância» na campanha do referendo sobre a regionalização, em vez de usarem a «mentira» e a «agressividade». «Só quem se sente inseguro recorre à agressividade», realçou.

António Guterres criticou os cartazes do PP a favor do Não afirmando: «então para eles os municípios são tachos e são corrupção vezes 305» e todos os seus titulares de cargos autárquicos «têm tachos e são corruptos.»



O líder do PS referiu-se também a um «cartaz muito engraçado» em que se refere que as oito regiões implicam a criação de 442 novos cargos, salientando que o mesmo partido apresentou propostas na Assembleia da República de criação de novos municípios que necessitam de 445 lugares.

Tenhamos decoro

«Tenhamos decoro. Não vamos criar nenhuma classe política», sublinhou, referindo que «os que têm medo do caciquismo deviam ter cuidado com o exemplo que dão».

«O risco de novo caciquismo é praticamente inexistente», garantiu.

Para o camarada António Guterres, «o que está em causa não é Lisboa e o peso asfixi-

ante da Administração Central e das suas ramificações por todo o País».

«Portugal é o país mais centralista da Europa. Temos um centralismo exagerado, herdado da visão napoleónica do passado», afirmou, acrescentando que «o sistema centralista conduziu a um desenvolvimento profundamente desequilibrado».

O líder socialista salientou que «regionalizar não é gastar mais dinheiro, mas gastar melhor», em favor de um desenvolvimento «mais equilibrado» do País.

«Não somos a favor da criação de regiões políticas, como em Espanha, na Alemanha ou na Itália», disse.

Garantiu, a propósito, que as novas regiões «não têm o poder de fazer leis ou criar impostos».

Grande esclarecimento

Após o discurso, referindo-se aos muitos indecisos apontados numa sondagem divulgada no congresso, Guterres destacou que, neste momento, «é muito importante fazer um grande esclarecimento com verdade e sem demagogia, insultos e agressividades, para os portugueses sabermos que é a regionalização, quais as suas vantagens e riscos».

«Para mim, a percentagem de indecisos res-

ponde a um desafio enorme, no sentido de se fazer um esforço cada vez maior em acções de esclarecimento», realçou.

O líder do PS referiu ainda que há muito tempo que sonha com a possibilidade de estar no poder, para «renunciar a algo», por forma a que «o País pudesse ser mais bem governado, visto que até agora todos os que estiveram no poder procuraram concentrar esse mesmo poder».

Campanha porta-a-porta

«Estou aqui com uma convicção antiga, que é a regionalização, mas sempre também com a vontade de respeitar a vontade dos portugueses», afirmou.

O ministro e dirigente nacional do PS, José Sócrates, por sua vez, sublinhou que «o sistema actual é estupidamente centralista, bloqueando e abafando as energias do País», acrescentando que «o que promove a corrupção política são os poderes que ocultam poderes ocultos».

O presidente da Câmara do Porto, Fernando Gomes, por sua vez, referiu que «o primeiro grande combate neste referendo é esclarecer as pessoas, nem que seja preciso recorrer ao porta-a-porta, para que ninguém possa deixar de votar argumentando que não sabe».

ALGARVE

PP com mensagem salazarista

O PP de Paulo Portas continua a registar um défice democrático e a espalhar uma postura ultramontana.

Aliás, nada de estranhar num partido que recebe e convive com o líder da extrema-direita italiana.

No entanto, porque o direito à indignação deve ser exercido sempre que se registam actos contra o regime democrático, o PS/Algarve condenou veementemente no passado dia 21 a mensagem salazarista e ultrademagógica dos cartazes do PP «Corrupção X8».

O PS/Algarve considera estes cartazes «um insulto ao regime», contendo «uma mensagem salazarista, própria da direita radical».

Nesta campanha sobre a regionalização, os socialistas algarvios referem que «a direita radical utiliza argumentos demagógicos sobre a alegada divisão do País, impostos, lugares políticos».

Calúnia e populismo

«Discordamos, mas aceitamos como legítimo», acentuam os socialistas algarvios, acrescentando que, porém, no caso da «Corrupção X8», estamos já «no insulto à democracia, no argumento mais baixo contra o regime democrático».

Para o PS/Algarve, «o cartaz é bem a imagem de um PP em que os fins justificam todos os meios. Desde logo a calúnia e o populismo».

Auto-Estrada do Sul

Por outro lado, o camarada Luís Carito, vice-presidente do PS/Algarve, insistiu no dia 22 na conclusão urgente da auto-estrada Lisboa/Algarve, que considerou essencial para o desenvolvimento económico da região.

«É bom que não haja mais atrasos. Se tal acontecer, prejudicará ainda mais o Algarve», disse.

LEIRIA

IV Convenção Federativa da JS

A Distrital de Leiria da JS lançou um apelo ao PS no sentido de «agir rapidamente» no esclarecimento dos portugueses sobre o que é a regionalização, sob pena de «perder maus um referendo».

O apelo foi feito na IV Convenção Federativa da JS do Distrito de Leiria, com a aprovação de uma moção da camarada Patrícia Ervilha, eleita presidente da Mesa Distrital daquela estrutura de juventude.

LISBOA

Convenção Concelhia

O dirigente nacional do PS Jorge Coelho acusou no passado sábado o PSD de fazer uma «regionalização encapotada» com os seus projectos de lei sobre o «reforço do municipalismo».

O camarada Jorge Coelho falava no encerramento da convenção concelhia do PS/Lisboa, que decorreu no Teatro Maria Matos, na qualidade de presidente da FAUL.

Jorge Coelho disse que os diplomas do PSD mais não são do que uma «regionalização encapotada», sem eleições, na qual os dirigentes regionais são escolhidos em «negociatas, sem o controlo directo do povo».

MADEIRA

PS saúda vitória do SPD alemão

Num comunicado assinado pelo camarada Mota Torres, o PS/Madeira saudou, «vivamente», a vitória nas eleições do passado domingo, na Alemanha, do SPD, partido irmão do PS na Internacional Socialista e no Partido Socialista Europeu.

Para o PS/Madeira, «esta vitória - mais esta vitória - no mais importante país europeu, é a demonstração clara da confiança crescente que em toda a Europa inspiram os partidos socialista, sociais-democratas e trabalhistas, na construção de uma Europa mais humana, ainda mais desenvolvida e tendencialmente mais justa».

O PS/Madeira, «parte integrante desta família socialista que tem vindo a colorir a Europa de esperança e de um futuro mais promissor, deseja ao SPD, a Gerhard Schroeder e a toda a sua equipa os maiores sucessos pessoais e políticos, pois serão também os sucessos da Alemanha face ao conjunto de problemas graves que este país enfrenta e para cuja solução é urgente encontrar as medidas adequadas».

ALMOÇO/DEBATE

«As mulheres pela regionalização»

No próximo dia 25 de Outubro realiza-se na Feira Popular de Lisboa, pelas 13 horas, um almoço/debate subordinado ao tema «As mulheres pela regionalização», com a presença do camarada Jorge Coelho, presidente da FAUL.

Para adquirirem o bilhete para esta iniciativa do Departamento Nacional das Mulheres do PS, uma estrutura coordenada pela camarada Maria do Carmo Romão, os(as) camaradas deverão telefonar para o número 3822000 (ext.230), da Sede Nacional do Largo do Rato.

EUA

Manuel Alegre



O PROCURADOR GLOBALITÁRIO

As Bruxas de Salém andam de novo à solta e o macarthismo renasceu sob a forma do pior de todos os fundamentalismos, o moralismo hipócrita e puritano a que Miguel Sousa Tavares chamou «fascismo moral». É o regresso do espírito das trevas e uma variante da mentalidade inquisitorial.

Os Estados Unidos têm o seu talibã: chama-se Kenneth Starr e, no auto-de-fé por ele ateadado, não é apenas Bill Clinton que está a arder, é o direito à privacidade e a liberdade individual de que a América do Norte pretende ser paradigma e guardiã. Só falta diabolizar de novo a mulher, proibi-la de ser activa, interditar o direito à imaginação na relação amorosa, regulamentar o que deve ser o acto sexual, quando, onde, como, a que horas se pode praticar. Uma espécie de código das estradas para o sexo, com sinais vermelhos por todos os lados. E o «big brother» procurador a espreitar pelo buraco da fechadura, a mandar instalar câmaras secretas para filmar o que se passa entre dois seres, seja na Sala Oval ou em qualquer outro lugar público ou privado, para depois satisfazer na televisão e na Internet todos os «voyeurs» com alma de inquisidores.

Não é apenas o Presidente Clinton que está a ser ridicularizado, é a América e o seu tão apregoadado «way of life». Mas também todos nós, os que partilhamos uma



mesma cultura e um mesmo conceito de civilização, que de certo modo estamos a ser devassados. Porque é disso que se trata: de uma questão de liberdade. Não há liberdade sem liberdades. E não há liberdade pública sem o respeito pela liberdade individual, de que o direito à privacidade é parte integrante e inalienável.

Quando desta maneira se pode pôr em causa a intimidade do Presidente da mais poderosa nação da terra, isso significa que uma terrível ameaça paira sobre todos nós. O olho do «big brother» pode entrar amanhã noutros países.

Depois da mundialização da economia e da economização do mundo, temos ago-

ra o procurador globalitário. É o triunfo dos porcos, mas não propriamente como Orwell o tinha imaginado.

E é por isso que o Presidente Clinton não tem perdão. Não pelo que fez ou deixou que lhe fizessem na Sala Oval. Mas por ter permitido que, através dele, um procurador obcecado humilhasse o seu próprio país e pusesse em causa a liberdade pessoal a que todo o ser humano tem direito. Por ter entrado no jogo, por ter pedido desculpa, por se ter deixado colocar hipocritamente na situação de vítima.

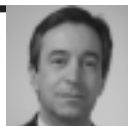
Não tinha que mentir, não tinha que negar, mas apenas comportar-se com dignidade como outros o fizeram, noutras latitudes. Perante certos interrogatórios não se prestam declarações. A sua obrigação como cidadão e como Presidente dos Estados Unidos era ter defendido o seu direito à privacidade como parte integrante da liberdade de todos os seus concidadãos e de todos os homens e de todas as mulheres do mundo.

Apesar de tudo, não nos resta outra saída senão a de sermos solidários com ele. Não porque o mereça. Mas porque essa é a única forma de condenar o espírito talibã do procurador Starr e a única maneira de defendermos a nossa própria liberdade contra todo e qualquer fundamentalismo moralista. Que é, também, um terrorismo.

In «Expresso»

REGIONALIZAÇÃO

José Barradas



NOVOS CAMINHOS PARA ALÉM DE CAMINHOS NOVOS

Habituei-me a acreditar que nenhuma dificuldade é insuperável, face a uma convicção profunda. Por isso mesmo nunca tive dúvidas de que o resultado do referendo sobre a regionalização será o «Sim». Organizar o país em regiões não é apenas recriar condições para promover o seu desenvolvimento homogéneo e sustentável; reforçar os laços de solidariedade nacional; ou afirmar uma vontade política descentralizadora, tornando a administração mais eficaz, racional e transparente, ou seja, assumir uma postura oposta à dos centralistas que durante longos anos nos governaram e que pretendem continuar a fazê-lo fora do quadro democráti-



co vigente. Mais do que isso, regionalizar o país é adaptá-lo às mudanças estruturais ence-

tadas na Europa comunitária com o fim de corrigir os desequilíbrios regionais existentes. A Europa entendeu, e é preciso que nós o entendamos também, que a globalização das políticas obriga a uma rigorosa distribuição dos recursos, tendo em vista a orientação dos investimentos para as regiões (não países) mais necessitadas.

É por isso que os recursos financeiros da C E são entregues tendo em conta os planos de desenvolvimento regional apresentados. Nos países onde há regiões, são elas próprias a apresentá-los e a receber os apoios (*Espanha*: Andaluzia, Astúrias, Galiza, *Itália*: Calábria, Sardenha, Sicília; *França*: Córsega) naqueles onde elas não

existam, são os Governos centrais a fazê-lo (Portugal, Grécia, Irlanda).

Deixar ao critério do Poder Central a organização dos PAR não é uma postura compatível com a tradição socialista de combate ao centralismo. Sempre lutámos pela redistribuição ao Poder, pelo reforço da democracia participativa, pela solidariedade nacional.

E isto faz-se aqui, em Portugal, como em toda a Europa moderna, dando às pessoas, não só a voz, mas a organização político-administrativa capaz de materializar o que são os seus legítimos anseios.

Estas são algumas razões pelas quais em 8 de Novembro vou dizer SIM à regionalização.



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Pintura em Abrantes

Até ao dia 25 estará patente ao público a exposição de pintura de Luís Rodrigues, na Galeria Municipal de Arte. Trata-se da mostra intitulada «Uma Questão de Fé» que reúne cerca de 30 quadros (pintura e desenho) de temática religiosa.

A exposição poderá ser visitada de terça a sábado, das 14 às 20 horas, aos domingos das 15 às 19 horas, encerrando às segundas-feiras.

Cursos de teatro em Albufeira

Nos meses de Outubro e Novembro vai decorrer o II Nível do Curso de Formação de Actores, promovido pela autarquia local.

O curso será ministrado por docentes do Instituto de Artes do Espectáculo e realizar-se-á aos fins-de-semana, de 10 do corrente até ao dia 8 de Novembro, com duração de 60 horas.

As aulas decorrerão na Câmara Municipal e abrangem as áreas de expressão corporal, interpretação, voz, teoria e prática teatral e dramaturgia.

Os interessados deverão inscrever-se no Sector de Educação da Autarquia, desde que tenham frequentado o primeiro nível do curso.

Voleibol m Braga

O Torneio de Outono de Voleibol arranca amanhã, sexta-feira, dia 2.

Aviões em Cascais

A autarquia inaugura a 5ª Feira Internacional de Aviação – o «Estoril Air Show'98», amanhã, pelas 15 horas, no Aeródromo Municipal, em Tires, numa iniciativa que pretende demonstrar, ao público em geral e às empresas ligadas ao sector, as potencialidades do novo Aeroporto de Cascais.

Artes em Coimbra

Ouçá as músicas de Maria João e Mário Laginha, hoje, às 21 e 45, no Teatro Académico de Gil Vicente.

Amanhã, à mesma hora e no mesmo local aprecie as «Canções para Cuba», interpretadas por Luís Represas, Jorge Palma, Paulo de Carvalho, Schola Cantorum e a Brigada Victor Jara.

Até ao dia 15 não deixe de visitar a mostra de trabalhos do pintor José Cruzio, que se encontra aberta ao público no Café-Galeria Almedina.

As pinturas de Hiroshi Umezaki estarão em exibição, até ao dia 24, na Galeria do Átrio e do Jardim da Casa Municipal da Cultura.

Na Torre D'Anto a «Memória da Escrita» levamos até «Sá de Miranda – Quatro Linhas de Leitura». A exposição permanecerá patente até ao dia 31.

Bandas em Elvas

O Dia Mundial da Música será assinalado, no próximo sábado, com um encontro de bandas.

«Disco Sound» em Espinho

Gloria Gaynor, famosa nos anos 70, actua amanhã e no sábado, dia 3, no Casino Solverde, num jantar-concerto.

A «rainha do disco sound» editou álbuns como «Love Tracks» e «I am what I am», que incluem os êxitos «Never Can Say Goodbye» e «I Will Survive».

Animação Cultural em Faro

A Câmara Municipal vai celebrar o Dia Internacional do Idoso, hoje, com um conjunto de actividades de animação cultural e recreativa.

A autarquia, através do projecto PATIA (Projecto de Animação a Terceira Idade), proporcionará aos idosos um dia diferente com destaque para um espectáculo de variedades a cargo do conjunto Os Capolanas e a inauguração de três exposições: uma de fotografia, que retrata as actividades desenvolvidas pelos idosos, outra de trabalhos em artesanato e a terceira dos cartazes que tem divulgado as actividades levadas a cabo pelo PATIA.

Mais um dia notável, o da música, será assinalado no sábado, às 16 horas, com a actuação da Orquestra da Sociedade Filarmónica e Recreativa Alquevence, na Casa do Povo de Alcantarilha.

Concertos na Guarda

As comemorações do Dia Mundial da Música será na Feira Antiga de Manteigas, a partir de hoje e até ao dia 5, com as actuações de bandas e de grupos de música popular.

No fim-de-semana não perca o II Festival de Cultura Popular da Aldeia do Bispo.

«O da Guarda» - Festival de Novas Músicas é o nome com o qual é designado todo um conjunto de concertos, conferências e oficinas.

Este evento será realizado, na Guarda, na delegação do Inatel, na segunda-feira, dia 5.

Marionetas em Lisboa

«Alice no País das Maravilhas» é o espectáculo de teatro de sombras de João Paulo Seara Cardoso baseado na obra de Lewis Carroll que a partir de amanhã e até ao dia 7, estará em cena na Sala de Ensaio do Centro Cultural de Belém.

Nos dias 2, 5, 6 e 7 a representação começará às 11 horas. No dia 3, às 15 e 30 e no dia 4, pelas 11 e 30.

O público alvo deste show tem mais de sete anos de idade e deverá divertir-se em grande durante os 75 minutos de animação a cargo da Companhia de Teatro de Marionetas do Porto.

Até ao dia 10 vá à Casa Fernando Pessoa para apreciar a mostra «Bajamar», de Carmen Bustamante.

«Arman» é o título genérico da espectacular exposição que espera por si, na Culturgest, de segunda a sexta-feira, das 10 às 18 horas, bem como aos sábados, domingos e feriados, das 11 às 20 horas, até 6 de Dezembro.

Atletismo em Ovar

A 10ª edição da Meia Maratona Cidade de Ovar realiza-se no próximo dia 5. Os amantes do atletismo não deverão faltar.

Desporto no Porto

As inscrições para os campeonatos distritais e os torneios de diferentes modalidades estarão abertas, a partir de hoje e até ao dia 16, para os amantes do desporto.

A Sociedade Martins Sarmento acolhe a partir de sábado, dia 3, e até ao dia 15 de Novembro, a exposição itinerante «Anos 80 – Arte Portuguesa na Coleção da Fundação de Serralves».

Folclore em Santarém

O Rancho Folclórico da Golegã estará em Montalvo, na segunda-feira, dia 5, rodeado de muita animação. O espectáculo realizar-se-á pelas 16 horas.

Actividades económicas em Sintra

A 5ª edição da feira das actividades económicas do concelho, realiza-se a partir de hoje e até ao dia 5, nas instalações da Base Aérea, na Granja do Marquês. O acto inaugural da Expo-Sintra'98 será às 17 horas.

Francisco Gaia expõe os seus trabalhos de pintura, até ao dia 10, na Galeria municipal do Museu de Sintra.

Medalhística em Vila Franca de Xira

A mostra medalhística de Hélder Baptista esperará por si, até ao dia 10, na Galeria da Biblioteca Municipal.

XIX Jornadas Gulbenkian de Música Antiga

A Música como Teatro

Luzes e sombras no teatro musical espanhol do século de ouro

6 de Outubro • 21h30
Academia das Ciências

SUGESTÃO

OS LIVROS RAROS DE GULBENKIAN

A Galeria de Exposições Temporárias do Museu Calouste Gulbenkian será palco, a partir de amanhã, de uma mostra de livros de arte pertencentes à Fundação. A exposição, alusiva ao tema «O livro - Objecto de Arte», reúne 74 volumes que demonstram a qualidade da arte da encadernação e da ilustração ao longo do século XIX e início do século XX.

A colecção pessoal de livros de Calouste Gulbenkian (1869-1955), que agora poderá ser vista em Lisboa, já foi apresentada no Centro Cultural Calouste Gulbenkian, em Paris, no Museu Léon Bonnat, em Bayonne, e na Feira do Livro de Frankfurt.

Paralelamente à exposição será dado a conhecer aos visitantes o trabalho da encadernação, através de fotografias e vitrinas com instrumentos usados. Serão ainda exibidos filmes sobre a encadernação e o restauro.

Esta parte da exposição foi criada em colaboração com o Instituto de Artes e Oficinas da Universidade Nova de Lisboa. Calouste Gulbenkian, além de coleccionador de obras de arte, era também um bibliófilo, apaixonado por livros, mas principalmente pelas suas encadernações e ilustrações.

Do seu espólio merecem destaque dois livros de encadernação simples, mas com a particularidade de um ser impresso sobre folhas de madeira e outro sobre seda.

O livro mais antigo desta colecção data de 1802, é considerado bastante raro e tem encadernação estilo império coberta por vernizes.

A mostra poderá ser visitada até 10 de Janeiro de 1999. Não perca esta oportunidade!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

A casa

*Não, os fantasmas não,
Nem as fixas imagens do histerismo
Nem as fosforescentes asas do enxofre.
Sim ao olvido que desperta
A vaga da folhagem sobre o corpo
e com um sopro apaga e com outro acende.
O que vivi ou não vivi é só uma pedra
que tem uma fenda aberta com uma folha
e do fundo vem a brisa de uma lâmpada.
Como se fosse verde a força de uma torre
que na sua gentileza se inclinasse
assim eu sinto o tempo desta página
com as minúsculas pegadas de uma ave.
A hora é frágil mas a casa permanece
Enquanto busco o horizonte das palavras
E o mar salpica as sombras desta mesa.*

António Ramos Rosa

In «A imagem e o desejo»



AS RAZÕES DA REGIONALIZAÇÃO

Antes da vergonhosa campanha contra a regionalização desencadeada pela direita radical e bem expressa na propaganda salazarenta afixada por todo o lado, já os anti-regionalistas esgrimiam contra esta reforma essencial para o desenvolvimento e o progresso do país. Faziam-no contudo, numa óptica de maior seriedade e essencialmente à volta de 5 argumentos:

O primeiro argumento é o da tradição municipalista portuguesa;

O segundo argumento é o da recusa de qualquer lógica federativa;

O terceiro argumento é o da dificuldade de chegar a um entendimento quanto à demarcação das regiões;

O quarto argumento centra-se numa lógica de defesa nacional contra uma hipotética invasão estrangeira (?)

Por último, o 5º argumento é o da multiplicação da burocracia e do funcionalismo.

mo.

A importante informação disponibilizada e, sobretudo, a intensa discussão do tema em análise tornaram estes argumentos verdadeiramente caricatos e incompreensíveis.

Com efeito, o processo de regionalização avança, pela mão do PS, quando e em paralelo se reforça o poder local e as finanças municipais.

O modelo proposto é, claramente, um modelo de descentralização administrativa, aliás o único compatível com a Constituição, que afasta qualquer lógica ou tentativa federalista e mesmo experiências datadas e perfeitamente localizadas, semelhantes às dos Açores e da Madeira.

É claro, que não foi fácil chegar a uma perfeita demarcação de regiões, mas é de igual modo claro que foi possível juntar uma maioria que definiu as regiões de forma socio-económica e culturalmente adequada, sem traumas excessivos ou

oposições bloqueadoras.

Por outro lado, a defesa nacional faz-se hoje com mais e melhor sociedade, com uma economia mais forte e com um nível de integração europeia mais aprofundado, exactamente o que está a ocorrer sob o governo de António Guterres.

Finalmente, a lógica do modelo socialista é precisamente o combate à burocracia desnecessária e, como tem sido amplamente demonstrado, não aumenta as clientelas políticas, o funcionalismo ou a despesa, e sobretudo, não gera qualquer aumento de carga fiscal ou a criação de qualquer imposto.

São pois facilmente anuláveis os argumentos da oposição radical anti-regionalista.

Proceder à sua desmontagem é o principal objectivo dos regionalistas até 8 de Novembro para assegurar a necessária vitória do **SIM** no referendo.

«Uma grande vitória da Expo-98 é que o espaço valeu mais do que o exposto. É exactamente o contrário do que aconteceu em Sevilha. Aqui não há local para a nostalgia.»

António Costa
Diário de Notícias, 27 de Setembro

«Cabe aos agricultores o ónus de explicar o que ganhou o país até agora com o dinheiro que lhes entregou e o que poderá vir a ganhar, no futuro, satisfazendo-lhes todas as suas reivindicações.»

Miguel Sousa Tavares
Público, dia 25 de Setembro

«Nunca ouvi, que me lembre, a CAP ou os agricultores enfrentarem o "lobby" das celulosas ou o dos empresários turísticos. E aqui, a meu ver, reside a origem de todos os males.»

Idem, ibidem

«Narciso Miranda é o melhor militante de todos nós. O PS saberá reconhecer esta e outras qualidades e capacidades políticas e, sobretudo, a sua grandeza humana.»

Orlando Gaspar
Jornal de Notícias, 25 de Setembro

«Fernando Gomes é uma figura que vai, desde logo, ficar na história do Porto. Foi ele que colocou a cidade no mapa europeu.»

Idem, ibidem

«Há um certo radicalismo da direita contra o PS. E há, neste momento, talvez, melhores condições para um diálogo com o PCP.»

José Sócrates
TSF, dia 26 de Setembro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vaso, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz